

A HETEROGÊNEA COMPLEXIDADE DA OPOSIÇÃO, NA GUERRA CIVIL SÍRIA

Beatriz Maria Soares Pontes
UFRN

INTRODUÇÃO

A Primavera Árabe nos termos em que pretendemos compreendê-la, deve ser apreendida como expressão de movimentos sociais em gestação, cujos atores coletivos têm procurado se opor, de forma mais contundente, às classes dominantes que impedem a maioria social de se expressar e agir em prol de seus interesses.

Em um sistema capitalista, mais globalizado e dominado por grandes organizações transnacionais, os movimentos sociais adquirem importância fundamental ao ampliarem o escopo de suas demandas para além de uma simples recusa de inserção em uma lógica capitalista, voltada para a produção de bens e mercadorias. Ao contrário, a luta política busca incorporar, além da dimensão econômica, um conjunto de reivindicações por direitos de cidadania e por qualidade de vida (CARDOSO, 1983; SCHERER-WARREN, 1997).

No caso em questão, o Estado, personificado na figura do líder autocrata, passa a ser o *locus* dos conflitos de classe, enquanto as ações coletivas contestatórias tornam-se os atores privilegiados da sociedade civil na luta contra as formas de apropriação e exploração capitalistas difundidas nos países do Norte, da África e do Oriente Médio. O destaque assumido pelo movimento social se deve ao fato dele representar de forma mais ampliada os interesses da sociedade civil e, possibilitar uma oposição mais eficaz a uma classe dominante com domínio sobre o conjunto dos campos da vida social e, não apenas, sobre a esfera da produção (TOURAINÉ, 1978; MOISÉS, 1982; CARDOSO, 1983; MUTZENBERG, 2008).

Há, conforme enfatizamos, uma oportuna convergência histórica entre o processo de homogeneização da sociedade internacional, capitaneado pela difusão da democracia, enquanto um valor universal e, a constante frustração de expectativas materiais e subjetivas da maioria social, resultante da expansão das

relações sociais de mercado e a persistência da forma autocrática e personalista de apropriação da riqueza socialmente produzida.

Por outro lado, tem sido comuns, na mídia ocidental, análises que buscam explicações conclusivas nas razões aparentes deste fenômeno social, a saber: atribui-se a *débâcle* das sociedades árabes às situações de privação econômica, envolvendo membros marginalizados da sociedade. Embora a existência de abismo intolerável entre as recompensas sociais que as pessoas esperam receber e as que elas, efetivamente recebem, seja uma motivação legítima alegada por aqueles diretamente envolvidos nas mobilizações populares no Mundo Árabe, uma análise mais apurada dos desempenhos econômicos e sociais dos países norte-africanos e médio-orientais, arrefece a importância desta hipótese como causa suficiente do fenômeno observado.

Em termos absolutos, os dados econômicos e sociais apresentados por estes países apontam para uma situação bastante desfavorável à maioria social. Por outro lado, se os relativizarmos nos defrontarmos com desempenhos bastante significativos se comparados com outros países da região ou do mundo. Estagnação econômica, desemprego, desigualdade e corrupção estão entre os argumentos que mais se destacam nas explicações sobre a Primavera Árabe.

No que se refere as análises que apontam a corrupção como o fator desencadeante dos descontentamentos que originaram os protestos e as manifestações populares no mundo árabe, Egito, Líbia e Tunísia, aparecem no ranking da corrupção mundial nas posições 112º, 168º e 73º, respectivamente. Com a exceção da Líbia, que ocupa uma das últimas posições no ranking - ainda assim, melhor colocada que a Venezuela (lugar 173º) – o Egito e a Tunísia (este, empatado com o Brasil), em linhas gerais, compartilham com os demais países da periferia da economia mundial, um alto índice de corrupção.

Tão preocupante quanto à queda nas taxas de crescimento econômico nos últimos anos, tem sido o índice de desemprego apresentado no Mundo Árabe.

Alguns aspectos que têm sido explorados pelas teorias sobre os novos movimentos sociais podem contribuir para elucidar a natureza e as características das mobilizações e protestos populares, no Mundo Árabe.

Temos sugerido, que as insurreições populares no norte da África e no Oriente Médio, enquanto ações coletivas, tem se constituído como uma luta de

poder. Essa luta tem a propensão a se intensificar à medida que os grupos desprivilegiados se tornam mais poderosos em relação aos grupos privilegiados e, fazem-no recrutando mais membros, fortalecendo-se organicamente e ampliando seu acesso a recursos escassos como dinheiro e meios de comunicação. Em outras palavras, a mobilização de recursos é um processo importante por meio do qual os grupos se engajam em mais ações coletivas à proporção que seu poder aumenta devido não apenas ao seu tamanho, mas também, a um maior acesso a recursos materiais, organizacionais e outros.

A capacidade e velocidade com que os atores sociais engajados nas manifestações, nos protestos que acometeram os países árabes puderam mobilizar e organizar seus simpatizantes e ativistas dependeu sensivelmente da utilização eficaz dos recursos tecnológicos disponíveis mundialmente, tanto em relação às redes sociais articuladas, através da nova tecnologia, como às tecnologias ligadas à expansão da telefonia móvel.

Além da mobilização de recursos, os movimentos sociais também se aproveitam de oportunidades políticas que lhes são favoráveis a uma maior mobilização. A ação coletiva ocorre e os movimentos sociais se consolidam não apenas quando os grupos desprivilegiados se tornam mais poderosos, mas também, quando grupos dominantes e as instituições que eles controlam se dividem, tornando-se, portanto, mais fracos. Ademais, oportunidades de protestos também emergem quando aliados influentes oferecem apoio quando coalisões políticas no poder se tornam instáveis e quando os grupos dominantes se dividem e entram em conflito uns com os outros. Nas insurreições populares afro-árabes e médio-orientais foi de extrema relevância os resultados alcançados pela denominada “Revolução de Jasmim”, na Tunísia, país em que se iniciou a onda de protestos.

A partir deste acontecimento, com a fuga do presidente Zine El Abidine Ben Ali para a Arábia Saudita, irradiou-se o espectro da contestação ao *status quo* e vicejaram-se as esperanças populares de transformações políticas, econômicas e sociais por toda a região.

Dessa maneira, também, pode ser entendida como uma grande oportunidade, a conjuntura histórica de valorização universal da democracia como regime político condigno às necessidades humanas, isto é, a democracia

cosmopolita tem se difundido globalmente, em virtude da ampliação e popularização do acesso às tecnologias de comunicação.

Outro aspecto importante que nos ajuda a compreender a dinâmica da chamada Primavera Árabe são as reações violentas dos governos aos protestos e às manifestações populares, com diversas medidas de controle social, que incluem concessões aos que protestam, a cooptação de lideranças mais influentes e a repressão violenta da ação coletiva. Tais reações podem ou não influenciar protestos subsequentes. Assim, se as reivindicações são profundamente sentidas pelas autoridades e se as concessões aos reclamantes aumentam muito suas esperanças, seus recursos e suas oportunidades políticas, logo concessões por parte do governo podem encorajar o aumento das reivindicações seja em intensidade, seja em conteúdo.

Ademais, se por um lado, a utilização incisiva e brutal da força repressiva geralmente consegue dissuadir os protestos, por outro, seu uso moderado ou inconstante pode ter um efeito contrário, já que a agitação, em geral, se intensifica quando aqueles que protestam são levados a crer que o governo é fraco ou se mostra hesitante. Além do exemplo dos resultados vislumbrados na capital da Tunísia, um dos mecanismos utilizados pelas autoridades estatais para reprimir e coagir as manifestações foi a tentativa frustrada de bloquear a conexão com a Rede Mundial de Computadores. O fracasso do Estado, não apenas encorajou as manifestações, como evidenciou a fragilidade da soberania do Estado-Nação, diante das novas formas de mobilização e organização dos movimentos sociais.

Se os aspectos levantados acima podem contribuir para melhor conhecermos o processo de gestação dos novos movimentos sociais que conformam a chamada Primavera Árabe, também seria importante atentarmos para algumas de suas características subjetivas constituintes de seu caráter diferenciado, o que lhe empresta certa novidade e ajuda a explicar sua repercussão global. Trata-se do escopo de seus objetivos, dos tipos de pessoas que têm atraído e de seu potencial de globalização.

Os novos movimentos sociais recebem uma gama bastante ampla de questões, desde aquelas que afetam a humanidade como um todo (paz, segurança ou meio ambiente), como aquelas que atendem interesses de grupos específicos (homossexuais, mulheres, crianças). Tais demandas envolvem a

promoção do quem tem sido chamado de cidadania universal, que representa a extensão dos direitos de cidadania para todos os membros adultos da sociedade e para a sociedade como um todo (MELUCCI, 1995; SHERER –WARREN, 1997).

À luz dos protestos no Mundo Árabe, talvez devêssemos pensar a democracia, não apenas como um tipo de regime ligado à cidadania política, mas, como um pendor sócio-humano-genético de organização que recobre os mais distintos aspectos e dimensões da vida social. E, neste caso, sua forma deliberativa, mais do que a representativa e a participativa, pode ter maior convergência com as novas aspirações sociais e a complexificação das relações humanas ao propor “(...) a democracia como processo deliberativo com base no exercício do poder coletivo de cidadãos livres e iguais apoiados pelo debate público aberto a todos, simétrico, crítico, reflexivo, não seletivo e imparcial” (MATOS, s/d, p. 10).

De fato, a afirmação de que o núcleo das mobilizações populares no Mundo Árabe é ocupado por uma juventude educada e, altamente capaz, cujas expectativas e capacidades intelectuais e profissionais não vislumbram serem preenchidas pelas oportunidades vindouras, parece-nos bastante consistente, embora ela não seja a única parcela da sociedade civil presente nas manifestações.

Por fim, os novos movimentos sociais apresentam um maior potencial de globalização do que os antigos movimentos sociais. Se até os anos de 1960, os movimentos sociais, geralmente, eram nacionais em seu escopo, a partir da década seguinte, eles se lançaram além-mar, seja pela relevância e amplitude de suas demandas, seja pelo barateamento da comunicação e das viagens internacionais.

As novas tecnologias facilitaram a congregação internacional de ativistas de diversos movimentos nacionais com ideias semelhantes. Tornou-se possível dessa forma, não apenas perceber a conexão entre problemas aparentemente locais e suas fontes globais, mas também, o desejo de se agir tanto local, quanto globalmente (CASTELLS, 2003; DALIO, 2010; BACCI, L.; MATOS, R.; HORTA, C. A. C.; DALIO, D. J., 2014, p. 129-166).

1. O CONTEXTO GEO-HISTÓRICO DA SÍRIA

A República Árabe da Síria é um país asiático da região do Oriente Médio, localizado entre a Turquia, o Iraque, a Jordânia, Israel e o Líbano.

MAPA 1 – A Síria no Oriente Médio



Fonte: GEOATLAS, 2011, p. 85.

O território se estende ao longo da costa mediterrânea por uma planície de 30 km de largura que termina na pequena cordilheira de Jabau an-Nusayriyah. Ao Sul desse sistema, na fronteira com o Líbano, se ergue o Anti-Líbano, que abriga o ponto mais alto do país, o monte Hermon, de 2,8 mil metros de altitude. No Sudoeste ficam as Colinas de Golã, região ocupada por Israel. Quase todo o restante do território é formado por um planalto que, no Nordeste, compreende o Vale do Eufrates. Ao Norte desse rio, se estende a planície de al-Jazirah. O Sudeste é formado pelo deserto da Síria.

O rio mais longo é o Eufrates, que atravessa o país da Turquia até o Iraque. O segundo mais importante é o Orontes, que nasce no Líbano e corre para a Turquia pelo Oeste. Quase sem reservas de vegetação nativa, a costa

tem flores silvestres e arbustos. No Anti-Líbano há florestas de pinheiros e carvalhos.

O clima é, em geral, do tipo mediterrâneo, com chuvas relativamente abundantes. A grande maioria da população é formada por árabes, mas há importantes grupos curdos, circassianos, turcos e armênios. A religião mais difundida é o islamismo, seguido por mais de 92% dos habitantes. O árabe é a língua oficial, mas as minorias étnicas utilizam o próprio idioma (ATLAS. NATIONAL GEOGRAPHIC, 2008).

Sob a ótica histórica, devemos ressaltar que a Síria apresenta um longo passado extremamente complexo e heterogêneo, no que concerne à realização de uma análise mais profunda.

O início da Síria remete-se ao período dos Arameus e Assírios, sob a influência da Mesopotâmia e do Egito. Este país, subsequentemente, foi ocupado pelos persas, sendo conquistado, depois, por Alexandre III, da Macedônia.

Na Era helenística foi o centro do reino selêucida, convertendo-se após esse período, numa província romana, no século I a.C..

Com a ascensão do islamismo, a Síria passou a ser uma das áreas mais proeminentes da religião islâmica, principalmente sob o califado omíada (750 a 661 a. C.). Todavia, tendo em vista a sua posição geográfica foi alvo da ambição estrangeira, fato que teve como consequência a divisão do seu território.

Posteriormente, os cruzados se estabeleceram na Síria, construindo, nessa época, importantes fortificações.

Em 1516, a Síria passou a integrar o Império turco-otomano. Damasco foi transformada no maior entreposto para quem dirigia-se à Meca e, como tal, adquiriu um caráter sagrado para os muçulmanos por causa dos resultados benéficos dos inúmeros peregrinos que por ali passavam rumo à Cidade Sagrada, sediada na Arábia Saudita.

Muito tempo depois, o império otomano entrou em conflito, optando por se posicionar ao lado do Império Alemão e do Austro-húngaro, tendo, todavia, sido derrotado. Com isso, perdeu o controle de todo o Oriente Próximo para os Impérios Britânico e Francês. Convém assinalar, nesse período, o episódio conhecido como o Genocídio dos Armênios, perpetrado pelo Império turco-otomano, no decurso do referido conflito.

Mais tarde, em 1920, um reino sírio independente e de curta duração foi estabelecido sob o governo de Faisal I, da família hachemita. No entanto, seu domínio sobre a Síria terminou depois de apenas alguns meses, após a Batalha de Maysalun. As tropas francesas ocuparam o país no final daquele ano, após a Conferência de San Remo, na qual a Liga das Nações propôs que a Síria fosse colocada sob o mandato francês.

Em setembro de 1936, a Síria e a França negociaram um tratado de independência, sendo Hashim al-Atassi, o primeiro presidente eleito na primeira República Moderna da Síria.

Finalmente, após várias controvérsias, a contínua pressão de nacionalistas sírios e de britânicos forçou o governo francês a evacuar suas tropas em abril de 1946, deixando o país nas mãos de um governo republicano que tinha sido formado durante o mandato francês.

A Síria conseguiu a sua independência em 1946, entrando, em 1948, em guerra contra Israel, da qual saiu derrotada. Foi, além disso, palco de vários golpes militares e, em 1958, uniu-se ao Egito, formando a República Árabe Unida (R. A. U.), da qual se separou após o levante militar, convertendo-se, enfim, na República Síria.

Após a tomada do poder pelo partido Baath, socialista e nacionalista, Hafez al-Assad, empreendeu, em 1964, uma série de profundas reformas sociais e econômicas, construindo, assim, a República Popular da Síria.

Entretanto, envolveu-se, posteriormente, com vários conflitos entre os quais: a Guerra dos Seis Dias, por conta do seu envolvimento com o Egito; a Guerra do Yom Kippur, contra Israel, interferindo também, na defesa do Líbano contra Israel. Manifestou-se, igualmente, a favor da causa palestina contra as negociações de paz entre o Egito e Israel.

Ocorreram, também, tentativas de união da Síria com o Iraque e com a Líbia, sem que tais iniciativas tivessem prosperado.

O conjunto de comunidades étnicas e religiosas que constituem a Síria, tanto muçulmanas como cristãs, assim como o ressurgimento do integralismo islâmico, criaram situações difíceis ao presidente Hafez al-Assad, de orientação laica e socialista. O então presidente foi reeleito como secretário-geral do Baath, reforçando o seu poder. No mesmo ano, foi estabelecido um tratado com a ex União Soviética que deu a Hafez Al-Assad o papel de representante dos

interesses soviéticos na região, dando-lhe a possibilidade de entrar em contato com armamentos soviéticos sofisticados.

Por outro lado, os laços entre a Síria e o Irã tiveram início na década de 1980, quando a Síria foi o único país árabe a apoiar o Irã na sua guerra de oito anos contra o Iraque. Ao mesmo tempo à crescente deterioração das relações com Israel, a Síria passou a controlar militarmente o norte do Líbano, opondo-se às forças dos EUA.

A Síria se caracterizou, durante a permanência de suas tropas no Líbano, pela sua oposição a todos os planos de paz dos Estados Unidos para o Oriente Médio. Além disso, protegeu Damasco contra as facções da OLP, opostas a Yasser Arafat.

Entrementes, a figura de Hafez al-Assad apareceu como mediador para qualquer solução de fundo nos assuntos político-religiosos do Líbano.

Hafez al-Assad foi reeleito em 1992 e, naquela ocasião, opôs-se ao Iraque no contexto da Guerra do Golfo. Na sequência, participou do processo de paz em Madri, no ano de 1991.

Posteriormente, nos primórdios do século XXI, as revoltas no mundo árabe chegaram à Síria, no mês de Março de 2011. As Forças de Segurança abriram fogo contra as manifestações pró-democracia em Deraa, no sul do país. Bashar Al-Assad considerou que a Síria era alvo de uma conspiração externa, relutando, então, na promoção de reformas e enviando, pelo contrário, tanques e tropas para dispersar os protestos que se espalharam pelo país, pedindo sua renúncia. Em agosto de 2011, as Forças Armadas sufocaram a maior mobilização anti-regime, em Hamah. A partir desta situação teve início, em grande escala, o conflito sírio que perdura até os nossos dias.

2. A GUERRA CIVIL SÍRIA

A guerra civil é um conflito violento dentro de um país e entre grupos organizados, visando tomar o poder central ou em uma região, ou com a perspectiva de mudar as políticas do governo (FEARON, 2007).

Outros definem a guerra civil como uma guerra entre grupos organizados dentro de um mesmo Estado-Nação, ou mais raramente, entre dois países

criados a partir de um Estado-Nação que antes era unido. O objetivo, de um lado, poderia ser o de assumir o controle do país ou uma região para conseguir a sua independência, ou para mudar as políticas do governo. Assim, um dos lados de uma guerra civil é o Estado.

A Convenção de Genebra descreveu os critérios de qualificação para os atos como "conflito armado que não de caráter internacional", incluindo guerras civis.

Podemos destacar quatro requisitos:

- O partido rebelde deve possuir uma parte do território nacional;
- A autoridade civil insurgente deve exercer a autoridade *de facto* sobre a população dentro de uma porção determinada do território nacional;
- Os insurgentes devem ter um certo nível de reconhecimento como beligerantes e,
- O governo legal é obrigado a recorrer às forças militares regulares contra os insurgentes organizados como militares.

Existem teorias diferentes que procuram explicar a guerra civil:

- Uns defendem a injustiça. As pessoas são definidas em termos de etnia, religião ou outra afiliação social;
- Outros defendem a ganância. Os conflitos começam em função de interesses econômicos de indivíduos ou grupos.

Alguns acadêmicos defendem que os interesses econômicos e estruturais prevalecem sobre aqueles referentes à identidade, na previsão de uma guerra civil.

No dia 24 de outubro de 2012 o enviado da ONU, Lakhdar Brahimi, conseguiu o apoio do Conselho de Segurança das Nações Unidas para negociar um tratado de "cessar fogo" entre rebeldes contrários ao presidente Bashar al-Assad e as forças militares do regime sírio. O objetivo era gerar uma trégua para estimular a realização de negociações que visassem o estabelecimento da paz naquele país.

Nesse sentido, foram considerados como gestos de boa vontade, estabelecidos por Bashar al-Assad para o encaminhamento dessa trégua, vários atos, entre eles: a libertação de rebeldes detidos e a retirada de tanques das

áreas residenciais de Damasco. Todavia, o cessar fogo só teve a duração de 6 horas, tendo sido quebrado pela detonação de um carro bomba, por parte dos rebeldes, em uma praça onde famílias celebravam o feriado de Eid al-Adha.

Após esta tentativa frustrada de arrefecer a guerra civil, o chefe de polícia da Síria decidiu desertar para se unir aos rebeldes. O Major General Abdul Aziz Jassim al-Shallal alegou que o exército de Assad “se afastou de sua missão de proteger a Síria e, com isso, tornou-se nada mais do que um bando de gangues armadas que matavam e destruíam as cidades e vilarejos, massacrando a população civil inocente que buscava liberdade e dignidade” (CNN, 2012).

O ex-chefe da polícia foi seguido por diversos outros membros da Guarda Republicana, de soldados rasos e das patentes mais altas. Esses fatos foram acompanhados pelo aumento da violência no conflito.

Assim, notamos que a legitimidade do Regime de al Assad foi sempre questionada. Constatamos que um oficial da Inteligência Rebelde declarou que os rebeldes eram independentes e lutavam em prol da Revolução (REUTERS, 2013).

Portanto, a Guerra Civil na Síria é um complexo conflito bélico que articula rivalidades religiosas-históricas, interesses geopolíticos e geoestratégicos das superpotências, conflitos étnicos internos com os curdos, efeitos da Primavera Árabe, ambições geopolíticas e geoestratégicas dos seus vizinhos Turquia e Israel, apoio ao terrorismo islâmico contra Israel, ampla intromissão no Líbano, ambições da União Europeia pela sua privilegiada posição geográfica, a hereditária ditadura sanguinária de Bashar al-Assad e as tirânicas disputas pelo predomínio regional entre os sunitas da Arábia Saudita e os xiitas do Irã.

Com um quadro geoestratégico e geopolítico tão complexo, em que todos os interesses são excludentes, a oposição síria de tendência sunita, apoiada pela Arábia Saudita, a União Europeia, os Estados Unidos e o Irã, xiita, combatem os jihadistas do Estado Islâmico.

Bashar al-Assad, nascido em 11 de setembro de 1965, em Damasco, assumiu o poder na Síria em 10 de junho de 2000, em virtude da morte de seu pai, Hafez al-Assad, do qual herdou a mentalidade repressiva e violenta contra o seu próprio povo. Bashar al-Assad, em relação aos demais governantes do Oriente Médio, é um presidente cruel e autocrático em uma das sociedades mais fechadas do mundo.

Devido às tensões geopolíticas da região, Bashar al-Assad sempre manteve o poder central da Síria no mapa estratégico do Oriente Médio. Al-Assad que estudou oftalmologia, em Londres e, trabalhou em sua especialidade em um hospital militar em Damasco, é aliado da teocracia xiita do Irã, que apoia com recursos financeiros, armas e treinamento militar, os grupos terroristas Hamas, na Faixa de Gaza e o Hezbollah, no Líbano, inimigos ferrenhos de Israel.

Os especialistas em temas políticos do Oriente Médio, consideram que o presidente sírio não estava preparado para exercer o governo do seu país, mas foi forçado a assumir este cargo, devido ao fato do seu irmão Basílio, que dirigiu a guarda presidencial da Síria e era o indicado para suceder a seu pai ter morrido em um acidente automobilístico em Damasco, em janeiro de 1994, razão pela qual, de forma inesperada, Bashar foi enviado a uma academia militar em Londres, onde foi preparado para assumir o cargo com mão de ferro, sem permitir uma transição democrática na Síria.

Desde o início do férreo governo de Bashar al-Assad, este assumiu um comportamento sinuoso em suas relações diplomáticas com os EUA e Israel, o qual oscilou entre o compromisso de proceder com reflexão e o subsequente extremismo. Sem inovar e atrever-se a mudanças liberais e, sem contar com a oposição, não teve condições de cumprir com promessas anteriormente feitas.

Pouco depois dos ataques terroristas de 2001, da Rede Al Qaeda contra o World Trade Center e o Pentágono, nos EUA, Al-Assad mostrou ser um aliado confiável da Casa Branca, na luta contra Osama Bin Laden. Inclusive, de forma mais objetiva, tomou algumas das suas mais drásticas posições em relação aos interesses retaliadores da administração Bush contra os terroristas do Talibã.

Além disso, as potências ocidentais sabiam da cooperação de al-Assad com Muammar Gadaffi e a aceitavam, tendo em vista o extremismo da Al Qaeda que tinha particular interesse em perturbar os seus regimes (dos ocidentais).

No que tange a Israel, nos fins de 2003, em uma entrevista com o *The New York Times*, al-Assad pareceu disposto a negociar, quando afirmou: “algumas pessoas dizem que há condições sírias e minha resposta é que não temos condições sírias”.

Entretanto, a posição pouco clara do presidente sírio fez com que Israel, em setembro de 2007, bombardeasse uma zona remota, localizada no noroeste da Síria, próximo ao rio Eufrates, onde Israel e os EUA, alegaram que a Coréia

do Norte ajudava a Síria a construir uma base nuclear. Devemos ressaltar que este tema nunca foi bem esclarecido, suscitando dúvidas e suspeitas.

No início de 2011, al-Assad já era identificado no Oriente Médio como um dos tiranos mais cruéis da região.

Sem dúvida, a Síria reafirmou o seu poder sobre o Líbano, ao se infiltrar nos serviços de inteligência deste país, reafirmando, portanto, a hegemonia síria sobre aquele país.

2.1 O COMPLEXO MARCO SOCIOPOLÍTICO E GEOPOLÍTICO DA SÍRIA

A violenta e desproporcionada reação do regime de al-Assad, através de bombardeios indiscriminados, torturas, desaparecimentos, confinamentos em prisões e intensas perseguições contra os seus opositores, justificadas nas diferenças religiosas, deu margem a que os seus sócios do Iraque e do Irã, lhes dessem homens e armas para combater os rebeldes que foram considerados terroristas pelo presidente sírio.

A China e a Rússia, interessadas em bloquear os EUA e, com o objetivo de conservar as suas influências e vendas de produtos, especialmente armas, bem como a manutenção de uma base militar russa no Mediterrâneo, facilitaram ao regime ditatorial de al-Assad, equipamento bélico, incluindo armas químicas para atacar o seu próprio povo. Opuseram-se, com veemência, ao Conselho de Segurança da ONU que desejava autorizar uma operação militar internacional para acabar com a ditadura de al-Assad.

Em face dessa situação, os EUA e a Arábia Saudita ampliaram o apoio humanitário, logístico, bem como a ajuda militar clandestina aos grupos rebeldes. Todavia, como era de se esperar em uma região volátil, impregnada de seitas religiosas, etnias e células salafistas da Al Qaeda, estas encontraram na Primavera Árabe, o terreno propício para ampliarem a sua inimizade contra o Ocidente, tanto no Iraque, quanto na Síria.

Chegaram ao extremo de criar um braço fundamentalista sunita, denominado Estado Islâmico da Síria e do Iraque (ISIS), que envolveu-se com as forças de oposição, atacando os dois países, de forma coordenada, visando o objetivo estratégico final de impor o sonhado califado na Síria e no Iraque,

expulsando os infiéis ocidentais, além de castigar os apóstatas muçulmanos que não seguissem a Sharia, no sentido estrito.

Assim, a guerra ultrapassou a porosa fronteira com o Líbano, dando a oportunidade esperada pela Turquia para apoiar a subversão anti-al-Assad, estendendo sua influência geopolítica, geoeconômica e geocultural na região.

Portanto, deu a oportunidade para o Irã de atrelar-se ao regime alauita de al-Assad, dando maior apoio logístico, militar e humano ao Hesbollah para atacar o odiado Estado de Israel, a partir das fronteiras com a Síria e o Líbano. E aos curdos que ocupam parte dos territórios do Iraque, Síria e Turquia, a oportunidade de buscar sua sonhada independência, ainda que por enquanto atuem na sombra.

Nesse contexto, al-Assad combateu principalmente os sírios que buscavam a mudança de um governo tirânico para uma participação pluralista.

Em junho de 2012, houve a tentativa de chegar-se a um acordo de paz, em Genebra, na Suíça, mas essa iniciativa não logrou o êxito desejado, porque a ambição geoestratégica do Irã apoiou o terrorismo xiita contra Israel e os EUA, além de intrometer-se mediante homens, armas e recursos financeiros nos problemas políticos nacionais do Iraque, Afeganistão, Barein, Paquistão, Líbano, Iêmen e Síria.

Por outro lado, por intermédio da CIA, os EUA apoiaram grupos paramilitares de sunitas aquartelados no Iraque, em virtude da violência fundamentalista da Al Qaeda ter gerado problemas para o governo xiita do Iraque. Porém, após a saída das tropas dos EUA do Iraque, o Irã aproveitou a filiação religiosa do governante iraquiano, para ali colocar parte do seu projeto geopolítico anti-ocidental e encaminhar seu projeto nuclear, que dava ao regime de Teerã a condição de potência política, econômica, religiosa, cultural e militar do Oriente Médio.

Por trás dessa intenção expansionista iraniana-xiita-muçulmana-não árabe, estava o desejo de destruir o Estado de Israel, razão e justificativa do sentimento anti-judaico e antiocidental, não volátil, mas vital, região onde se passou a história da humanidade, até então conhecida.

Todos esses fatos geopolíticos e geoestratégicos concentraram-se na Síria, com maior significado do que o sucedido na Líbia, Egito, Tunísia, Bahrein

e Lâmen, regiões onde também ocorreram um pouco de todos esses fatos e sentimentos, além de outros interesses envolvidos.

Em síntese, na luta entre as grandes potências e vizinhos ambiciosos em relação à Síria e ao Oriente Médio, como um todo, incluindo-se a luta contra o terrorismo, os problemas étnicos de longa data, os resquícios do colonialismo europeu, o combate contra o terrorismo internacional e, finalmente, a presença de um tirano inescrupuloso, constatamos que a única perdedora foi a população civil síria.

Envolvidos em uma guerra, os sírios não podiam lutar em prol dos seus próprios interesses e destino nacional, porque todos os que se dispuseram a ajuda-los terminaram como seus verdugos.

Portanto, são incertos os resultados das intenções internacionais para implementar a paz na Síria, pois os que ali resolveram inserir-se estão muito mais interessados nos seus próprios interesses geopolíticos, colocando-se acima das necessidades do povo sírio que é representado por uma oposição com dissidências internas constituída por extremistas xiitas e sunitas.

Os EUA, Israel e a Arábia Saudita não aceitaram a presença do Irã nesta área. As Nações Unidas convidaram o Irã para mediar o conflito, em contraposição à vontade norte-americana. A oposição síria estava dividida e tão pouco aceitou o Irã ou saída diferente da demissão de al-Assad e um governo de transição com ampla participação dos opositores. O Irã e a Rússia deram apoio à posição do regime de al-Assad e o povo sírio não teve quem velasse pelos seus interesses de paz, democracia, liberdade e autodeterminação, porque a rapinagem dos amigos da paz síria desejavam resgatar trunfos a seu favor.

Assim, a paz síria estava fragilizada e os interesses extra-fronteiriços da guerra civil aos quais se somavam milhares de mortos, completavam a pobreza e a violência, aumentando os fluxos migratórios para outras paragens.

2.2 RAZÕES PELAS QUAIS A PRIMAVERA ÁRABE CHEGOU À SÍRIA

Essas são algumas das razões sociopolíticas pelas quais chegou a Primavera Árabe à Síria, degenerando-se em uma monstruosa Guerra Civil que facilitou o auge do jihadismo na região:

- Sistemática Repressão Política

Bashar al-Assad assumiu o poder em 2000. Abandonou a esperança de supostas reformas políticas, porém, manteve o poder concentrado na família governante e, no sistema de partido único, postura ditatorial, mediante a qual deixou sem canais de participação política, seus opositores políticos e ideológicos.

Essa cruel realidade mostrou aos sírios que desde a década de 1950, não tinha mais havido a possibilidade de se ter uma mudança pacífica do poder. O caminho do governo só poderia ocorrer como consequência de um golpe militar ou um levante popular. Em ambos os casos, haveria muito derramamento de sangue, em virtude das condições já explicitadas relativas aos interesses geográficos, geopolíticos e geoestratégicos que confluíam na Síria.

- Ideologia Político-Religiosa Desacreditada

O partido sírio Baath é visto como o grupo fundador do “socialismo árabe”, uma corrente ideológica que fundiu a economia dirigida pelo Estado com o nacionalismo pan-árabe, propondo o egípcio Gamal Abdel Nasser para integrar num só Estado, Síria e Iraque, com o nome de República Árabe Unida (R. A. U.). Sem dúvida, no início do século XXI, a ideologia baathista foi reduzida e desacreditada pelas guerras perdidas com Israel e uma economia estática. Portanto, ao assumir o poder, al-Assad tratou de modernizar o obsoleto regime sírio, inspirado no modelo chinês de reforma econômica, mas, o tempo e a evolução geopolítica na vizinhança correu em direção oposta.

- Economia Irregular sem Perspectiva de Melhora

Cauteloso quanto a realização de uma reforma que não estava ancorada nos remanescentes do socialismo de Estado, al-Assad abriu as portas ao investimento privado, situação esta que provocou uma explosão de consumismo na classe média alta urbana. E como era de se esperar, em um regime ditatorial,

a privatização de alguns setores da economia, só favoreceu a algumas famílias da elite síria, com vínculos pessoais com al-Assad, tendo como consequência o descontentamento, a pobreza e a violência.

Como resposta, as províncias da Síria guardaram ressentimentos que ampliaram o foco da insurreição, além do alto custo de vida que disparou, observando-se a manutenção dos empregos de jovens e adultos, mantidos em baixos índices.

- Grave Seca desde 2008 no Noroeste da Síria

Como se não bastassem os problemas sociais, políticos e econômicos que acarretaram iradas reações populares contra o regime de al-Assad, para agravar a situação, uma persistente seca devastou zonas agrícolas no noroeste do país, afetando a qualidade de vida de mais de um milhão de sírios, a partir de 2008.

Como consequência dessa terrível situação, muitas famílias de agricultores de escassos recursos migraram para as cidades, unindo-se aos que protestavam e tomaram armas contra o regime alauita.

A grave seca na Síria e os problemas de abastecimento de água potável mostraram que as verdadeiras ameaças contra a segurança seriam a mudança climática, o crescimento demográfico, a escassez de água e o aumento dos preços dos alimentos, além do número de Estados falidos no mundo, cenário no qual a Síria parecia ser um dentre os demais.

- Rápido Crescimento da População Síria

Como nos demais países, no Oriente Médio, cujo crescimento demográfico duplicou em duas décadas, o rápido crescimento da população jovem na Síria foi muito significativo, a ponto de acarretar muitas preocupações.

O dilema impossível de ser resolvido naquele momento, devido à Guerra Civil e o conjunto de interesses que se teciam na Síria, colocou a seguinte questão: como poderia o setor público improdutivo ou as empresas privadas, fornecerem empregos e melhorarem o nível de vida de 250.000 pessoas que a cada ano chegavam à idade economicamente ativa?

- Influências dos Meios de Comunicação Contemporâneos

Ainda que os meios de comunicação estatais estivessem controlados, a proliferação desde o início do século XXI da televisão por satélite, dos telefones celulares e a internet, mostraram que qualquer objetivo do governo sírio, visando isolar a juventude do mundo exterior estaria condenado ao fracasso.

O outro lado do problema, o uso dos novos meios de comunicação, era fundamental para o ativismo das redes de opositores que sustentavam a revolta e a guerra civil na Síria.

- Corrupção Administrativa

De acordo com as observações periódicas, quando se tratasse da explicitação de uma licença para abrir uma pequena empresa ou para registrar a propriedade de um veículo, os subornos eram permanentes. Para quem não possuía recursos e boas relações entre os funcionários do governo, seria impossível sair da pobreza ou realizar um trâmite legal.

Em contraste, o sistema sírio era corrupto na medida em que os rebeldes contra al-Assad costumavam comprar armas das forças do Governo e as famílias dos detentos subornavam as autoridades policiais e jurídicas para que libertassem os parentes que estivessem detidos durante o levante popular e a guerra civil. A corrupção era a mãe da anarquia, na Síria.

- Violência Estatal contra o Povo Sírio

El Mukhabarat é uma questionada organização de segurança política integrada pelos serviços de inteligência da Síria, que penetrava em todas as esferas da sociedade. O temor da cruel repressão do Estado era uma das razões

a partir da qual muitos sírios, observavam o regime como o ente proprietário de tudo, até mesmo de suas vidas.

A enorme indignação pela brutal resposta das forças de segurança teve como consequência o grande protesto por ocasião da Primavera Árabe de 2011, fato que foi documentado e difundido nos meios de comunicação, aglutinando milhares de pessoas, em toda a Síria, em prol de uma total rebeldia. Assim, entre muitos funerais, ocorreram, também, muitos protestos.

- Governo de Minoria com Mentalidade Ditatorial e Corrupta

Os sírios se orgulham de sua tradição de tolerância religiosa, mas, muitos sunitas resistiram em virtude de que todo o poder do Estado era monopolizado por uma pequena elite de famílias alauitas.

Ainda que não fosse uma força impulsionadora do levante sírio, a combinação de um movimento de protesto de maioria sunita e um grupo dissidente da força militar contra um governo dominado por alauitas, ampliou tensões em áreas religiosas mistas, como a cidade de Homs.

O regime ditatorial de al-Assad se apoiava nas forças armadas dirigidas pelos seus familiares e por grupos paramilitares pró-governo, criadas e tidas como milícias populares, com o objetivo de combater ou assassinar os rebeldes.

- Efeito Direto, na Síria, da Revolução na Tunísia

Sem dúvida, não se teria ouvido falar da possibilidade de uma rebelião síria, senão tivesse ocorrido a autoimolação do vendedor ambulante Mohamed Bouazizi, em Túnis, cujo suicídio desencadeou uma onda de levantes e protestos contra os governos mulçumanos, em todo o Oriente Médio (Primavera Árabe).

- Oposição Mista e Lealdades Compradas

A oposição mista ao governo sírio foi uma ampla gama de grupos que combinaram islamitas, esquerdistas, partidos laicos e grupos de ativistas jovens, os quais estavam de acordo com a saída de Bashar al-Assad.

O mais poderoso ator da oposição era integrado por centenas de grupos rebeldes armados, que não puderam desenvolver um comando unificado. A rivalidade entre vários grupos rebeldes e o incremento da presença de combatentes islamitas de linha dura, prolongaram a guerra civil e elevaram a perspectiva de anos de instabilidade e de caos, inclusive se o regime de a-Assad chegasse a cair.

A Síria é uma sociedade diversa, povoada por muçulmanos e cristãos. É um país de maioria árabe com minorias étnicas, curda e armênia. No meio dessa mistura social e cultural, por conveniências de sobrevivência, algumas comunidades religiosas tenderam a apoiar o regime, situação que alimentou suspeitas e a intolerância religiosa em todo o país.

O apoio civil ao regime de Bashar al-Assad resultou de um setor importante da população síria que viu o governo como a maior garantia de segurança, temendo perdas materiais e políticas, se ocorresse a queda do regime.

Do exterior, contaram com o apoio incondicional de vários governos que compartilhavam alguns dos interesses estratégicos da Síria.

Por essa razão, temerosos de represálias por parte de grupos rebeldes islamitas sunitas, muitos alauitas ligaram o destino da sua comunidade à sobrevivência do regime tirânico de al-Assad, quando teve início o levante sírio, em 2011.

Entretanto, al-Assad contava com o apoio sólido de outras minorias religiosas sírias que, durante décadas, desfrutaram de uma posição relativamente segura sob o regime secular do partido do governo, Baarth.

Muitos nas comunidades cristãs da Síria e, muitos sírios seculares de todas as vertentes religiosas, temiam que seria pior para eles saírem da drasticidade desta ditadura política repressiva, mas, religiosamente tolerante, preferindo permanecer sob um regime islamita-sunita que discriminava as minorias e violava todos os direitos humanos.

Os oficiais de alta patente nas Forças Armadas, bem como o aparato de segurança, coluna vertebral do Estado sírio, demonstraram excepcional lealdade à família al-Assad. Apesar da deserção de milhares de soldados do exército sírio, que se uniram aos grupos rebeldes, a hierarquia no comando e no controle das Forças Armadas sírias, manteve-se quase intacta.

Esta situação se verificou em parte, pelo acentuado predomínio dos alauitas e dos membros do clã Assad, nos postos de comando mais sensíveis do Estado. Prova disso, foi que a quarta divisão blindada, conhecida como a força terrestre melhor equipada da Síria, comandada por Maher Al-Assad, irmão de Bashar e, integrada por soldados alauitas, foi um grupo importante para o Estado. Também, integrava-se a este apoio, o governante partido Baath que evoluiu para um partido que sustentou a Constituição Síria.

No que tange à situação econômica e financeira, o regime de al-Assad era apoiado por poderosas famílias de comerciantes, cuja lealdade era premiada com contratos estatais e licenças de importação ou exportação. Assim, as grandes empresas sírias mantidas à margem da revolta, preferiram a “ordem existente”, tendo em vista uma incerta mudança política.

Além disso, haviam grandes grupos sociais sírios que há anos viviam da generosidade do Estado, pouco propensos a voltarem-se contra o regime ou a criticar em público as realidades da corrupção administrativa e a repressão policial.

Esta categoria temerosa de perder benefícios com os quais al-Assad comprou a sua lealdade, incluía os servidores públicos, mão de obra qualificada em contratos oficiais, sindicatos profissionais e meios de comunicação. Inclusive, alguns setores da classe média urbana síria viam o regime de al-Assad, como um mal menor, tendo em vista a dividida oposição síria.

2.3 PORQUE OS LEVANTES POPULARES TERMINARAM EM UMA GUERRA CIVIL NA SÍRIA?

A violenta resposta das forças de segurança contra os protestos pacíficos, exigindo reformas democráticas e o fim da repressão, conduziram a uma rebelião armada contra o regime, que envolveu a Síria, arrastando o país a uma Guerra Civil em grande escala, que pode ser explicada pelas razões seguintes:

- Principais Raízes do Conflito

O levante sírio começou como um efeito dominó da Primavera Árabe, porém, as raízes do conflito foram a ira contra o desemprego, décadas de

ditadura, corrupção e violência do Estado sírio, um dos regimes mais repressivos do Oriente Médio.

- Importância Geopolítica e Geoestratégica da Síria

A posição geográfica da Síria, no Oriente Médio, bem como sua política exterior independente, a converteram em um país chave no Mundo Árabe. A Síria é uma sociedade majoritariamente mista e de natureza cada vez mais sectária, contribuindo para fomentar a tensão sunita-xiita, no Oriente Médio.

A comunidade internacional temia que o conflito criasse um desastre regional que pudesse estender-se às fronteiras do Líbano, Iraque, Turquia e Jordânia. Por tais razões, as potências mundiais que tinham amplos interesses de toda ordem na região, como os EUA, a União Europeia, China e Rússia, desempenharam, então, um papel de grande significado na Guerra Civil síria.

- Os Principais Atores no Conflito

O regime ditatorial de al-Assad se apoiava nas Forças Armadas e nos grupos paramilitares pro-governamentais, estruturados para combater contra os rebeldes.

Por outro lado, havia uma ampla gama de grupos de oposição, integrado por islamitas, rebeldes de esquerda, partidos laicos e ativistas jovens que concordavam com a necessidade da saída de al-Assad, ainda que não se constituíssem em um movimento com comando unificado.

A rivalidade entre vários grupos rebeldes e o crescente fluxo de combatentes islamitas de linha dura prolongou a guerra civil e, elevou a possibilidade de anos de instabilidade e caos, mesmo que o regime de al-Assad chegasse a cair.

As milícias *shabiha* eram as forças de choque do regime de al-Assad. Definidas como integrantes armados do grupo minoritário alauita de al-Assad, a oposição síria culpou essas células paramilitares dos violentos excessos cometidos contra os manifestantes opositores do governo, bem como outros simpatizantes da oposição.

Em árabe, *Shabiha* significa “fantasma” e, essa palavra teve origem nos grupos criminosos que a adotaram, na cidade costeira de Latákia, na década de 1970. Com poucas oportunidades de trabalho na região costeira, muitos jovens de maioria alauita, ganhavam o sustento através do contrabando de bens de consumo ou do tráfico de drogas e de armas entre o Líbano e a Síria.

Assim, este canal ilícito de comércio se converteu em uma grande empresa criminosa. Os contrabandistas estabeleceram vínculos estreitos com os órgãos de segurança sírios, dominados por alauitas, provenientes dos mesmos povos, a partir dos quais se formaram as células da *shabiha*. Durante a prolongada época de quase três décadas, da invasão militar da síria, no Líbano (1970-2005), os militares sírios fizeram fortunas através das empresas de importações ilegais, facilitadas pelos grupos *shabiha*.

Assim, a organização clandestina *Shabiha* deu um giro político. Os que tiveram maior êxito se converteram em personagens cercados pelo clã que rodeava os entornos do presidente Hafez al-Assad. Livres dos cercos policiais, a *Shabiha* ajudava a família governante em caso de qualquer problema político no país, desenhando, assim, a linha entre o Estado e a máfia.

Em consequência, por temores devido à sua filiação com o regime, muitos alauitas se uniram a grupos paramilitares pro-governamentais, culpados por massacres de civis. Na medida em que os protestos se converteram em uma guerra civil, a oposição começou a utilizar o termo *Shabiha* para descrever qualquer pessoa civil ou militar partidária de al-Assad que tivesse participado da repressão do governo contra o levante popular. Seria, então, uma forma de tratá-los como bandidos.

Na cidade de Homs, catalogada como o celeiro da revolta contra al-Assad, os meios de comunicação internacionais apresentaram os milicianos alauitas orgulhosos por aceitarem a morte da *Shabiha*, pois se auto denominavam como a primeira linha de defesa na guerra sectária contra os rebeldes sunitas.

As milícias *Shabiha* não puderam desalojar os rebeldes do Exército Livre da Síria (ELS), porque este grupo rebelde deixou raízes na maior parte do país. Além disso, para al-Assad, se suas tropas se desintegrassem devido as deserções, o regime teria que defende-las, ainda que estas fossem apoiadas pelo Irã e o Hezbolah, do Líbano.

Se o regime de al-Assad caísse, os milicianos da *Shabiha* não poderiam esperar um futuro promissor na Síria. Por essa razão, lutariam por um longo tempo, até o final, devido a lealdade da *Shabiha* ao regime de al-Assad. Essa lealdade era muito mais forte do que aquela apresentada pelas outras forças de segurança. Se o regime fosse derrotado, haveriam muitas retaliações contra a *Shabiha*, cuja visão face a guerra civil era de sobrevivência total.

Por outro lado, estavam os rebeldes sírios, braço armado do movimento de oposição. Não representavam a diversificada oposição síria, mas se destacaram na primeira linha da guerra civil.

De onde procediam todos estes combatentes contrários a al-Assad? A rebelião armada contra al-Assad começou a ser organizada por desertores do exército que, no verão de 2011, criaram o Exército Livre da Síria (ELS). Organizadas suas fileiras, receberam milhares de voluntários, alguns com o ferrenho propósito de defender seu povo da violência oficial, outros impulsionados pela oposição ideológica à ditadura de al-Assad e, outros ainda, por erguer a mão da justiça, além de mercenários.

Apesar da oposição política representar uma parte da diversidade religiosa da Síria, a rebelião armada concentrou-se na maioria árabe sunita, em particular, aquela que habitava zonas provinciais de baixos rendimentos, apoiada por milhares de combatentes estrangeiros. Eram sunitas de diferentes países, incluindo europeus, norte-americanos, africanos e australianos, chegados à Síria para unirem-se à guerra civil.

A maior parte da oposição política síria desejava uma nação democrática e, muitos rebeldes estavam de acordo com a natureza do sistema pós-Assad, aceitando, inclusive, as decisões referentes às eleições livres. Portanto, os grupos rebeldes compartilhavam de um objetivo comum de derrotar o regime de al-Assad, mas, o levante popular teve problemas para avançar, tendo em vista a inexistência de um programa político global que definisse o futuro da Síria.

A situação dos rebeldes sírios se complicou mais ainda, levando-se em consideração a existência de uma forte corrente de sunitas de linha dura, cujo objetivo era estabelecer um Estado Islâmico fundamentalista similar ao alcançado pelo movimento Talibã, no Afeganistão. Outros sunitas mais moderados estavam dispostos a aceitar o pluralismo político e a diversidade religiosa e, os laicos, que defendiam uma estrita divisão entre religião e Estado,

constituíam uma minoria nas fileiras rebeldes e, finalmente, as milícias que ostentavam um misto de nacionalismo sírio e islamismo.

A ausência de uma liderança política central e de hierarquia militar clara, constitui-se em uma das debilidades fundamentais do movimento rebelde, em face do fracasso do Exército Livre da Síria (ELS) para estabelecer um comando militar formal. Por exemplo, o grupo da oposição política maior da Síria, denominado de Coalisção Nacional da Síria, influía sobre outros os grupos armados agregando outra dificuldade no conflito.

Cerca de 100 mil rebeldes sírios estavam divididos em múltiplas milícias independentes que podiam coordenar as operações no âmbito local, conservando, todavia, as estruturas organizacionais distintas, denotando intensa rivalidade pelo controle do território e dos recursos.

Os diferentes grupos de milícias estavam se unindo pouco a pouco para formar grandes coalisões militares, tais como a Frente de Libertação Islâmica ou a Frente Islâmica da Síria, mas o processo dessa consolidação foi lento e dependente de diversos fatores externos relacionados aos interesses geopolíticos sobre o Oriente Médio.

São difíceis as divisões ideológicas islâmicas X seculares, pois, os combatentes se submetiam aos chefes das milícias que poderiam oferecer-lhes as melhores armas sem a preocupação de aterem-se às ideologias políticas. O desenlace deste contexto é, ainda, imprevisível.

Os sunitas representam entre 30% e 35% das forças rebeldes sírias, quase todos alinhados ideologicamente com a Al Qaeda, mas estão divididos entre si. A principal diferença interna entre os grupos sunitas, reside no seguinte: enquanto os “jihadistas”, incluídos pela Al Qaeda concebem a luta contra al-Assad, como parte de um conflito mais amplo contra os xiitas e contra o Ocidente, os sunitas locais concentram seus objetivos na Síria.

Para complicar ainda mais a situação, as duas unidades rebeldes que reclamaram a bandeira da Al Qaeda - A Frente Al Nusra e o Estado Islâmico - carecem de harmonia. Assim, enquanto as facções rebeldes moderadas entram em alianças com grupos vinculados com a Al Qaeda, em algumas partes do país, em outras áreas, há uma crescente tensão resultante de enfrentamentos armados entre moderados e extremistas.

Cada grupo rebelde tratou de resolver o financiamento e a aquisição das armas. As principais linhas de financiamento são procedentes dos partidários da oposição síria, radicados na Turquia e no Líbano.

As milícias com maior êxito que controlam grandes faixas do território sírio recolhem (os recursos financeiros) das empresas locais para financiar suas operações, sendo mais propensos à recepção de donativos privados.

Os grupos islâmicos de linha dura recorrem às redes *jihadistas* internacionais, entre elas, milionários simpatizantes dos países do Golfo Pérsico.

Esta realidade põe os grupos seculares e os islamitas moderados em desvantagem considerável. A oposição síria é respaldada pela Arábia Saudita, Qatar, Turquia e os EUA que, inicialmente, se negou a enviar armas aos rebeldes, na Síria, em parte por temer envolvimento com grupos extremistas, mas, diante do crescimento do Estado Islâmico, no Iraque e na Síria, o presidente Barak Obama decidiu executar bombardeios aéreos e apoio militar ao Iraque para destruir os enclaves terroristas nos dois países.

- Há um Conflito Religioso na Guerra Civil Síria?

Desde o século X da Era Cristã, o islã sunita deu apoio a minoria alauita surgida do Xiismo. Considerados apóstatas, os alauitas foram objeto, no século XIV, de um Decreto Islâmico proferido por Ibn Taymiyya que ordenou sua perseguição e morte. Depois de dez séculos de humilhação, entre 1920 e 1941, o colonialismo francês apoiou-se nos alauitas, cristãos, drusos e outras minorias para governar a Síria, opondo-se à influência da maioria sunita.

Por essa razão, os alauitas tiveram representação no exército sírio, conseguindo o poder nas décadas de 1960 e 1970, que sob a autoridade cruel e revanchista de Hafez al-Assad, conseguiram assegurar o controle político sobre o país. Este foi o país herdado por Bashar al-Assad, em junho de 2000, quando o seu pai faleceu.

Desde o início da Primavera Árabe, em 2011, autoridades de vários países perceberam que Bashar al-Assad era um tirano sanguinário, cuja eliminação permitiria à Síria sair de uma tragédia que acumula mais de 400 mil

mortes, além dos que se encontram na miséria ou no exílio, como é o caso de milhares de sírios, além da destruição de parte do patrimônio cultural sírio.

Mas a realidade é muito mais complexa. O regime sírio não é a ditadura de um só homem e nem sequer de uma só família, como sucedeu no Egito, Tunísia ou Líbia. Bashar al-Assad é a parte visível de um complexo conjunto de poder, portanto, sua marginalização produziria rápidas mudanças substanciais no país. Por trás de al-Assad, há dois milhões de alauitas que lutariam pela sua sobrevivência.

Os sírios de todas as correntes religiosas esperavam que al-Assad empreendesse reformas profundas. Mas, suas decisões políticas foram tímidas e não duradouras, devido às pressões políticas de setores dirigentes do regime, decididos a conservar os privilégios do *status quo*. Desgraçadamente, como sucedeu com os habitantes da Síria, que só conheceram a ocupação otomana, o colonialismo francês, os nazistas, os espiões da KGB, dos serviços secretos iranianos como assessores, o regime de Bashar al-Assad, portanto, carece da observância dos direitos humanos ou de instituições democráticas.

A ausência de legitimidade levou Bashar a cometer excessos. Assim, quando a Primavera Árabe chegou à Síria, em março de 2011, Bashar permitiu que o aparato repressivo iniciasse sua mortal atividade. Herdeiros da dramática história alauita, Al-Assad e o seu entorno, convenceram-se de que não se podia falar com “terroristas” islâmicos, porque apadrinhados pelo Irã e Rússia, consideravam que o islamismo sunita radical da Al Qaeda, os Irmãos Muçulmanos e os salafistas seriam a principal ameaça sobre o regime, sua comunidade e a totalidade da região.

Os atos de barbárie perpetrados por jihadistas na Síria, reforçaram convicções alauitas e dúvidas sobre eventuais mudanças políticas no país.

Na guerra entre muçulmanos sunitas e xiitas, agravada pela intervenção dos EUA, no Iraque, Bashar al-Assad apareceu em primeiro plano, ao pensar que fazer concessões, as quais não foram feitas durante 42 anos em que esteve no poder, equivaleria a dar um sinal de debilidade sua e do seu clã.

- Incidência de Problemas Estrangeiros.

A importância geoestratégica da Síria converteu a Guerra Civil em uma disputa internacional pela influência regional, na qual os grupos em conflito receberam apoio diplomático e militar de patrocinadores estrangeiros.

Os governos regionais apoiaram as forças da oposição. Por trás do desejo de quem substituísse al-Assad fosse menos amigável com o regime iraniano estavam os EUA e a União Europeia.

Enquanto isso, Israel permaneceu na expectativa, em virtude da crescente instabilidade na sua fronteira norte. Os dirigentes políticos israelenses ameaçaram intervir se armas químicas da Síria caíssem em mãos do Hezbollah, no Líbano.

O presidente dos EUA não encontrou o respaldo que desejava da liga árabe para lançar uma operação militar contra o regime sírio. Em reunião de urgência, celebrada no Cairo, os ministros de relações exteriores dos países árabes aprovaram uma resolução que solicitou às Nações Unidas e à Comunidade Internacional, a tomada de medidas dissuasivas e necessárias contra os culpados de atacarem com armas químicas, matando mais de 1.400 pessoas, em agosto de 2013.

O Egito e a Arábia Saudita discordaram sobre o lançamento de uma ofensiva militar contra a Síria. Enquanto o Egito se opôs à intervenção militar, a Arábia Saudita a abandonou. Conseqüentemente, Saud al Faisal, chefe da diplomacia saudita, advertiu que toda oposição a uma ação internacional era apoiar o regime de Damasco, para que o mesmo continuasse cometendo crimes e o acusou de ter perdido toda a noção ética, de ter ultrapassado todos os limites, incluindo a utilização de armas de destruição em massa contra o seu próprio povo.

Nabil Fahmi, ministro de assuntos exteriores egípcio respondeu: - "Rechaçamos e rechaçaremos uma intervenção internacional na Síria. Não apoiaremos o Regime Sírio, mas deveremos respeitar a lei internacional", portanto, a oposição militar não contava com a luz verde do Conselho de Segurança da ONU. Outros países árabes importantes como Iraque, Argélia e Líbano se opuseram, também, à ação.

Ahmed Jarba, líder da Coalisão Nacional Síria, incitou os que com ele concordavam a respaldar uma operação internacional contra a máquina de guerra e destruição do regime de al-Assad, assegurando que a Síria se

encontrava ocupada por tropas iranianas que lutavam ao lado do exército de al-Assad. Por sua vez, a Liga Árabe suspendeu a participação da Síria na Assembleia de 2011, após o governo de Bashar al-Assad se negar a aplicar um plano de paz patrocinado pela Organização com a finalidade de pôr fim à Guerra Civil em seu país.

- Dicotomia Diplomática: Negação ou Intervenção.

Sem êxito, nem esperanças de solução a curto e médio prazos, as Nações Unidas e a Liga Árabe enviaram emissários de paz para persuadir a ambas as partes a sentarem-se em uma mesa de negociações.

A Rússia e a China com aberta atitude favorável à permanência de Bashar al-Assad, na Síria, bloquearam qualquer possibilidade de acordo para que uma força multi-nacional atuasse, com intuito de colocar uma ordem na Síria, supervisionando a transição democrática.

A razão da conduta russa e chinesa derivou de interesses geopolíticos e geoestratégicos de Moscou que tinha uma base naval na Síria desde a época da Guerra Fria, além da venda de armas e outros produtos comerciais que ajudaram a sobrevivência do regime de Bashar al-Assad.

Da mesma forma, a China tinha interesses para explorar o petróleo sírio, a necessidade de ter um aliado chave no Mediterrâneo como ponte para chegar ao Oriente da África e, daí, para restringir a influência dos EUA, na região.

Por outro lado, as potências ocidentais mostraram-se cuidadosas quanto à sua ingerência no conflito sírio, evitando a repercussão da debacle sofrida no Irã e no Afeganistão. Sem solução negociada à vista, seria provável que a Guerra Civil continuasse até que um dos lados derrotasse, no campo militar, o adversário, sem levar em conta as perdas de vidas humanas e a miséria de um país que deveria ser a bandeira do desenvolvimento da região.

A oposição síria era uma mescla de grupos políticos de exilados contrários ao regime de al-Assad, ativistas de base que organizaram protestos dentro da Síria e grupos armados envolvidos na guerra de guerrilhas contra as forças do governo. A diminuição da insurreição na Síria ocorrida em março de 2011 foi a consequência de um processo repressivo acumulado durante cinco anos. ,

Sem dúvida, as organizações políticas de base que promoveram as manifestações estavam vivenciando uma realidade sociopolítica, permitindo a Bashar al-Assad sustentar com mão de ferro, além de estar dividindo para reinar, com o agravante da combinação de interesses geopolíticos tecidos ao redor desta insurreição generalizada, mas descoordenada.

A maior parte dos grupos de oposição sírios estavam vinculados à Coalisção Nacional da Síria, opondo-se às Forças Revolucionárias (CNSOFR), dada a conhecer em 11 de novembro de 2012, no Qatar, oito meses após o início dos protestos contra o regime de Bashar Al-Assad. Dirigida por Moaz Al-Khatib, a CNSOFR, estava comprometida com a derrocada do regime de Al-Assad.

A oposição síria, no estrangeiro, integrava uma multiplicidade de exilados, que de maneira progressiva, ao longo dos anos, fugiu da violência e da perseguição em seu país. Todavia, era pouco o que unia esses grupos díspares, fora a coincidência do propósito comum de derrotar al-Assad e estabelecer na Síria, algum tipo de sistema democrático.

O Conselho Nacional Sírio (CNS) era a maior aliança de grupos de oposição, caracterizados pela sua férrea defesa em favor da intervenção estrangeira na guerra civil de seu país. Apesar de não ter podido unir todas as facções da oposição, o Conselho Nacional Sírio (CNS) foi forçado pela pressão internacional a unir-se à Coalisção Internacional.

No outro lado do complexo triângulo sociopolítico da Síria, estava a Irmandade Muçulmana Síria, há muito tempo inimiga histórica do partido Baath, da família al-Assad. Por essa razão, a Irmandade Muçulmana era a força melhor organizada dentro da aliança do Conselho Nacional Sírio (CNS), pois representava os muçulmanos sírios moderados, ainda que fosse difícil medir o seu apoio real. Muitos sírios seculares temiam que a Irmandade Muçulmana fizesse pressão em prol de decisões políticas, com o objetivo de implantar um Estado Islâmico após a queda de Al-Assad, como ocorreu no Egito.

A oposição no âmbito da Síria era composta por muitos grupos de ativistas locais, surgidos a partir de 2011. Assim, ativistas com diferentes enfoques ideológicos e interesses pontuais, organizaram protestos locais contra o governo central, como parte de uma cadeia nacional, mantendo as redes de contatos e a

distribuição das ajudas para a luta político-armada, tendo a possibilidade permanente de chegar aos meios de comunicação internacionais.

Os Comitês de Coordenação Local (CCL) que tinham redes de base em todo o país eram células de ativistas populares apresentados nas notícias internas e externas como *membros da oposição*. Os Comitês de Coordenação Local (CCL) eram parte da Coalisão Nacional, mas na prática, funcionavam de maneira independente.

Seus membros eram procedentes de diversos órgãos políticos e religiosos, compartilhando o ponto de vista político secular de derrubar o regime tirânico de Bashar al-Assad.

A Comissão Geral da Revolução Síria (CGRS) era uma coalisão de grupos de oposição de muitas células políticas que participavam da organização dos protestos e outras atividades políticas. Assemelhavam-se, no que tangia às missões e pontos de vista ao Comitê de Coordenação Local (CCL), mas, como uma organização diferente e sem laços com o Conselho Nacional Sírio (CNS). A Comissão Geral estabeleceu outra plataforma denominada de “Conselho Supremo da Revolução Síria”, que, diferentemente do Comitê de Coordenação Local (CCL), contava com a maior presença dos grupos islâmicos, estando, portanto, mais envolvida com a luta armada.

O Comitê Nacional de Coordenação para a Mudança Democrática (CNCD), que reunia vertentes dissidentes do regime e ativistas mais jovens, era o principal rival do Conselho Nacional Sírio (CNS). Com a maior parte de suas estruturas assentadas no interior da Síria, o Comitê Nacional de Coordenação para a Mudança Democrática (CNCD) rechaçava a ideia de uma intervenção militar estrangeira na Síria e, sempre acusava o Conselho Nacional Sírio (CNS) de estar estreitamente alinhado às potências estrangeiras.

Comitê Nacional de Coordenação para a Mudança Democrática (CNCD), de tendência esquerdista, queria ver a Síria unida, democrática e laica. Rechaçava a possibilidade de unir-se à Coalisão Nacional. Da sua parte, os curdos, minoria étnica encravada no Noroeste da Síria, entre milhares de árabes, com a negação dos seus direitos culturais básicos, eram cautelosos quanto ao regime e a oposição.

Os principais grupos curdos uniram-se no Conselho Nacional Kurdo, com sede na Síria, mas, muitos continuavam pensando nas suas possibilidades e no

seu sonho legítimo de criar uma entidade autônoma curda, similar ao governo regional curdo do Iraque.

Ao redor de interesses políticos, sociais, culturais e religiosos tão diversos, surgiram centenas de grupos armados, a partir da segunda metade de 2011. Todavia, não se fundiram em uma força de combate unificada. Por esse motivo, ainda que a ajuda financeira e logística dos governos ocidentais e do Golfo Pérsico tenham chegado após 2013, a oposição armada foi superada em número pelas forças de al-Assad.

De uma forma geral, a oposição armada síria que aglutinava um conjunto de milícias locais denominado Exército Livre da Síria (ELS) e a Frente Al Nusra, lutavam tanto na Síria, como no Iraque pelo estabelecimento do Estado Islâmico.

- Exército Livre da Síria (ELS)

Os primeiros protestos de maior relevo na Síria começaram em março de 2011, estendendo-se gradualmente para as principais cidades sírias. A brutalidade do regime desencadeou uma resposta armada da oposição, que clandestinamente recebeu armas da Turquia, dos EUA, da União Europeia e da Arábia Saudita e, em julho de 2011, os rebeldes unidos com muitos desertores do Exército Sírio, organizaram o Exército Livre da Síria (ELS), visando derrotar Bashar al-Assad. Foi a primeira atividade organizada da oposição armada contra o regime ditatorial sírio.

O processo de decomposição sociopolítico interno na Síria acelerou-se. Oito meses depois dos primeiros protestos em massa, nos fins de 2011, o país enfraqueceu-se devido à guerra civil entre as forças armadas governamentais, apoiadas pela minoria religiosa alauita, encabeçada por Bashar al-Assad e a maioria sunita que apoiava todos os grupos rebeldes.

A maior parte do suporte da força do Exército Livre da Síria (ELS) se compunha de soldados rasos e oficiais de níveis médios que desertaram do Exército Oficial, após negarem-se a participar da sangrenta repressão contra o povo sírio.

Um dos aspectos da seriedade da revolta e da guerra civil na Síria foi a difusão, pela Internet, de vídeos nos quais apareciam militares sírios que

desertaram das tropas leais à al-Assad, brandindo seus documentos de identidade militar e denunciando as atrocidades do regime alauita.

Os partidos de oposição sírios agrupados na Coalisão Nacional Síria, exerceram pouca influência na resistência armada. A sede do Exército Livre da Síria (ELS) estava localizada no sul da província de Hatay, na Turquia, mas, o controle sobre as oposições militares dentro do território sírio, a cadeia de comando, padecia de sérias dificuldades com o fluxo permanente de combatentes envolvidos em graves problemas logísticos, administrativos e operativos da força rebelde.

Originaram-se, então, na Síria, centenas de grupos armados com pouca coordenação ao nível nacional e, inúmeras rivalidades locais, sobre o acesso aos fundos ou às armas das forças do governo.

Devemos ressaltar que muitas dessas milícias juraram lealdade ao Exército Livre da Síria (ELS), mas, apesar das condições logísticas e operacionais permitirem a sua liberdade de ação frente ao comando central, tornava-se possível observar problemas de disciplina e sectarismo.

O Exército Livre da Síria (ELS) era um mosaico de unidades de combate locais sem suficiente treinamento militar, armados como forças de infantaria ligeira. As brigadas do Exército Livre da Síria (ELS) executavam rápidas, porém, limitadas incursões táticas em todo o país, em uma guerra de desgaste contra o inimigo mais poderoso.

Houve ataques diários contra bases militares, aeroportos militares, postos de controle, bem como assassinatos e atentados contra objetivos governamentais. O Exército Livre da Síria (ELS) tinha forte apoio nas zonas rurais, com ênfase na maioria sunita da Síria e, nos bairros pobres localizados nos subúrbios de Damasco, a capital síria.

Frequentemente, os mal armados e numerosos rebeldes sírios enfrentavam o poder aéreo do regime e da artilharia pesada, razão pela qual, as milícias pobremente organizadas não puderam assumir o controle da capital. A maior parte do financiamento dos rebeldes sírios procedia dos milionários empresários sírios, mas o apoio material mais significativo foi agilizado pela Arábia Saudita, Qatar e Turquia.

Tornou-se evidente que, em clara coordenação com o comando do Exército Livre da Síria (ELS), na Turquia, simpatizantes que incluíam islamitas e

assentados nos países vizinhos enviavam recursos e unidades de combate. Sem dúvida, a afluência de fundos significativos de adversários políticos regionais de al-Assad não pode formar uma oposição armada na Síria, mediante uma força militar mais organizada.

Isso indicou que sobrevirão atores estrangeiros que lutarão entre si pela lealdade dos diversos grupos armados do Exército Livre da Síria (ELS) e, que aparecerão senhores da guerra locais, que prestarão pouca atenção à oposição civil.

Essa realidade incidiu na maior parte dos êxitos militares dos rebeldes no norte do Iraque, nos inícios de 2013, que foram capitalizados pelas milícias islamitas de sunitas, próximas à Al Qaeda, que conformaram a Frente Al Nusra, grupo terrorista que se converteu no reflexo dos talibãs do Afeganistão, constituindo o maior perigo para que os objetivos dos rebeldes anti al-Assad se voltassem a favor da construção do Estado Islâmico e a destruição dos ideais que emergiram na guerra civil síria.

Privilegiado pelos avanços do regime sírio no campo de batalha e na ascensão das milícias islamitas, o Exército Livre Sírio (ELS), o qual o Ocidente considerou moderado e capaz de abrir caminho para uma Síria democrática e plural, estava correndo o risco de desarticular-se.

As tensões entre a Arábia Saudita e o Qatar, os dois principais patrocinadores das Forças oposicionistas, propiciaram essa ruptura e, deixaram os rebeldes seculares mais fracos do que nunca, em face das tropas de Bashar al-Assad.

- Frente Al-Nusra (Frente de Apoio para o Povo do Levante)

A Al-Nusra foi criada em 01 de junho de 2011, em Damasco e, hoje, tem bases próximas à capital, Idlib e Homs. Manteve-se na clandestinidade dedicando-se a consolidar as estruturas de apoio, aparecendo em público em janeiro de 2012, com um vídeo e, dois meses mais tarde realizou sete ataques terroristas.

A partir de abril de 2012, a Al-Nusra incrementou a violência e, em junho, já havia perpetrado mais de 60 atentados terroristas. O grupo se estabeleceu em Damasco, Hama e Aleppo, convertendo-se em um dos inimigos mais ferozes do

regime de al-Assad, além de conseguir a pouco e pouco, apoio popular, apesar do seu extremismo religioso.

Os militantes islamitas sírios integrantes da Frente Al-Nusra, vinculada à Al Qaeda, desempenharam um papel chave na luta armada contra as forças do governo de al-Assad, com notável presença nos principais campos de batalha no país.

A Frente Al-Nusra é uma mescla de militantes sunitas do Iraque, Síria, jihadistas locais e de vários países muçulmanos, incluindo filhos de muçulmanos extremistas nascidos nos EUA, Europa, Austrália e outros países da África e da Ásia. Opera de maneira independente, apesar de, com frequência, envolver-se em alianças táticas com outros grupos rebeldes.

A Frente Al-Nusra é parte da força rebelde que capturou mais ou menos a metade de Aleppo, a capital comercial da Síria, executando os ataques com bombas, em Damasco e, reiteradas ações de terror contra a população civil síria.

Assim, a Guerra Civil síria criou um novo teatro de operações para os jihadistas estrangeiros, isto é, os islamitas radicais comprometidos com a luta armada global contra governos seculares nos países muçulmanos e com objetivos ocidentais.

A Frente Al-Nusra começou como um pequeno grupo de combatentes experimentados na guerra do Iraque, logo se convertendo em uma frente de combate da Al Qaeda e, depois, se transferiu para a Síria, onde alguns deles se separaram e, inauguraram o Estado Islâmico (ISIS), para lograr vantagens geopolíticas, econômicas e estratégicas da guerra contra o regime de Bashar al-Assad, com o objetivo de construir, paulatinamente, o grande califado islâmico.

Produto da destreza tática, da disciplina e das deficiências de outros grupos rebeldes, a Frente Al-Nusra se converteu em uma força de 20.000 a 30.000 combatentes que desempenharam um papel chave nos campos de batalha, em Aleppo e Idlib, Damasco e próximo à fronteira com a Jordânia.

- Avanço Jihadista na Síria

A guerra na Síria abalou as portas do Oriente Médio e a Al Qaeda e outros grupos radicais sunitas, cujo objetivo imediato, talvez fosse o regime de Bashar

al-Assad, mas suas visões a longo prazo estariam centradas em como consolidarem-se em toda a zona.

Os radicais islâmicos se localizaram na Síria, debilitando a oposição moderada e golpearam a milícia libanesa Hezbollah, em seu feudo de Beirute, onde mataram uma de suas lideranças.

Os líderes sírios se empenharam em ver a mão da Arábia Saudita atrás deste reforço islâmico, mas, parece que não se deram conta que essas milícias tinham sua própria agenda focada na desestabilização da zona, avançando até a realização de um Estado Islâmico transnacional.

O terrorista egípcio Ayman al Zawahiri, principal cabeça da Al Qaeda, expressou o seu desejo de tomar primeiro Damasco, continuando até o Egito. Ele estabeleceu como prioridade imediata criar uma frente islâmica unida na Síria, sem competidores, propondo um novo conjunto de milícias unidas, sob o nome de Frente Islâmica. Sem dúvida, o Estado Islâmico iniciou a sua operação na Síria com muitos milicianos estrangeiros integrando as suas estruturas, entre eles, chechenos instalados no bastião rebelde de Aleppo.

Para Willian McCants, expert nas questões jihadistas na instituição Brookings, o problema era bem complexo e tinha vários pontos a serem considerados:

- O número sem precedentes de jihadistas estrangeiros na Síria e a porosidade de suas fronteiras, prodigalizaram um grande conjunto de problemas para os países vizinhos. Israel evitaria que a maior parte entrasse em seu país, mas, o Líbano e a Jordânia temeriam essa situação, porque careciam da segurança fronteira com Israel e, mesmo porque, haviam acolhido muitos refugiados com os quais os jihadistas poderiam misturar-se.

Como parte do problema, o Líbano sofreu de golpes de grupos radicais sunitas. Sem dúvida, o preço em vidas humanas e problemas políticos que pagou essa milícia xiita (Hezbollah) que, à época, controlava o governo libanês, teve sérias consequências em face de sua aberta implicação na guerra síria, em defesa do regime de al-Assad, apoiado pelo Irã.

Sem vacilar, o xeique Hasán Nasralá, líder espiritual do Hezbollah, acusou em um discurso, os serviços de inteligência sauditas de estarem por trás das atividades hostis contra a missão diplomática iraniana. Os grupos criados que assumiram as ideias da Al Qaeda, tendo em vista a forma como a inteligência

saudita atuou contra os referidos, teve como consequência a reação hostil dos mesmos, contra os aludidos órgãos de segurança.

Ao mesmo tempo, o primeiro impulso do Hezbollah foi culpar Israel. Mas, Israel o inquietava mais do que a ofensiva jihadista Síria, por enquanto, determinada em golpear al-Assad e seus aliados.

2.4 O APOIO DO QUATAR E DA ARÁBIA SAUDITA À OPOSIÇÃO SÍRIA

A revolta síria diferiu do resto das outras sucedidas no Oriente Médio, durante a Primavera Árabe. As relações afins do regime de Bashar al-Assad com o Irã e, em outro sentido, com Israel, acarretaram desde o início do conflito sírio, um enfrentamento pelo poder regional. Por isso, os principais rivais geoestratégicos da República Islâmica do Irã constituíram a frente primordial do apoio econômico e militar aos rebeldes sírios.

Todavia, essa ajuda se tornou insuficiente para inclinar a balança, porque além do desembolso financeiro, dever-se-ia ter em conta o tipo de armas, o treinamento, a moral combativa e os interesses particulares de cada um dos grupos rebeldes sírios.

Seria difícil determinar qual o ator do Oriente Médio que poderia contrariar ou, ainda, impedir uma mudança democrática na Síria. A Arábia Saudita seria um deles, por ser maioria dentro das sociedades conservadoras do Mundo Árabe, onde o poder reside no estreito círculo de octogenários da família real, apoiado por uma poderosa hierarquia do clero wahabista.

Dentro e fora do seu país, os sauditas apreciam a estabilidade governamental para a solução dos problemas básicos dos governados. Essa realidade sugeriu a pergunta chave: qual é o vínculo entre a Arábia Saudita e o Qatar no levante popular da Síria?

A política exterior da Arábia Saudita, em relação ao Oriente Médio, tem como objetivo primordial, romper a aliança da Síria com o Irã, porque o regime xiita dos aiatolás iranianos é o principal rival da Arábia Saudita na aberta disputa pelo controle geopolítico, geoestratégico e religioso da região.

A reação da Arábia Saudita à Primavera Árabe foi de dupla concepção: por um lado, conter os distúrbios antes que estes chegassem ao território saudita

e, por outro, garantir que o Irã não se beneficiasse das mudanças geopolíticas, geoestratégicas, geoeconômicas ou religiosas, no equilíbrio de poder regional.

Nesse contexto, a revolta síria, na primavera de 2011, foi a oportunidade de ouro que chegou aos sauditas para bloquear um aliado árabe chave do Irã. Pelo fato da Arábia Saudita carecer de capacidade militar para intervir diretamente em solo sírio, gravitando ao redor dos acordos secretos com os EUA sobre a estabilidade geopolítica da região, a casa saudita utilizou os recursos de sua riqueza petrolífera para armar os rebeldes sírios e, no caso em que al-Assad caísse, assegurar que o novo regime sírio fosse um governo amigo para eles.

A conclusão geral entre diplomatas e analistas políticos internacionais quanto ao reino do Qatar, apoiando com dinheiro e armas a revolta síria, confirmou-se pelo diário econômico Financial Times, que no início de 2013, calculou em 3 milhões de dólares os aportes que o rico emirado do Golfo Pérsico liberou para apoiar os rebeldes sírios, desde o período em que teve início a Primavera Árabe.

2.5 OBSTÁCULOS À SOLUÇÃO PACÍFICA DA GUERRA CIVIL SÍRIA

A solução do conflito sírio conta com um obstáculo que se expressa pela falta de consenso entre a Arábia Saudita e o Irã, as duas potências regionais que respaldam lados opostos nos combates sírios.

A oposição síria deseja dismantelar o regime do presidente Bashar al-Assad, enquanto que os partidários de al-Assad, ligados ao poder, aos privilégios, à corrupção e ao péssimo governo do país, ressaltam que sua saída levará a Síria ao colapso. Assim, tais posições não favorecem soluções plausíveis.

Há muita coisa em jogo na Síria. O país enfrenta uma transição de cinco décadas de governo autoritário, com questões relativas ao seu futuro político, além da questão constitucional síria, as reformas que envolvem a polícia secreta e a criação de postos de trabalho para milhões de jovens desempregados. Mas, à medida que cresce a violência, a crise se reduz a uma só pergunta: permanecerá al-Assad no poder?

Em um plano de paz apresentado em princípios de 2013, Bashar al-Assad ofereceu o diálogo político e a transição para um sistema democrático multipartidário, na condição que ele permanecesse no poder.

Por razões óbvias, os funcionários do governo insistiram em que só o “povo sírio” poderia eleger o presidente, sinal de que al-Assad teria a intenção de apresentar-se para um novo período, a fim de continuar no cargo.

Em síntese, al-Assad estava disposto a negociar com a oposição, mas só de acordo com os seus próprios termos, portanto, para que o reconhecessem como governante legítimo e eterno.

Esses termos nunca seriam aceitos pela oposição, a menos que estivesse face a uma iminente derrota militar. A saída de al-Assad foi a causa central da subversão contra o governo em 2011, único objetivo que colocou vários grupos da oposição em pleno acordo.

São muitas as razões para o ceticismo entre os opositores, quanto ao diálogo patrocinado pelo Estado sírio. A família de al-Assad tem estreitos vínculos pessoais com altos dignitários chefes da inteligência, a comunidade empresarial e, além disso, exerce férreo controle sobre o poder judiciário e os meios de comunicação.

É impossível supor que haveriam eleições justas nestas circunstâncias e, muito menos, se consolidaria um processo de democratização que pudesse conduzir ao término da ditadura sanguinária do clã al-Assad.

As divisões internas sírias sobre o destino de Bashar al-Assad refletiram-se, também, nos interesses geopolíticos internacionais.

Numa reunião das potências mundiais, em Genebra, em junho de 2012, ficou acordado que a Síria deveria articular-se a um governo de transição com representantes do regime e da oposição. Porém, o acordo conhecido como a “Declaração de Genebra” não mencionou a saída de al-Assad, levando tal fato, a diferentes interpretações.

O então secretário de Estado dos EUA, John Kerry, disse que não poderia haver lugar para al-Assad, no período de transição, enquanto que o ministro das relações exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, observou que a saída do presidente al-Assad não poderia ser imposta como condição prévia para as conversações de paz.

A Rússia prosseguiu armando as tropas do governo sírio, enquanto os EUA continuaram apoiando a oposição armada, apesar dos problemas surgidos com os seus aliados regionais.

O Oriente Médio estava polarizado com o tema já que os poderes regionais tinham interesse direto no resultado do conflito. Para o Irã e o movimento Hezbolah, do Líbano, a Síria era uma aliada chave, no contexto do Oriente Médio.

No outro extremo dos interesses regionais estava a Arábia Saudita, o principal rival regional do Irã, que junto com o Qatar e a Turquia, apoiava os rebeldes sírios como forma de tentar diminuir a influência do Irã, na Síria. O interesse da Arábia Saudita e seus aliados residia na pessoa que poderia substituir al-Assad, além do resgate de outras vantagens geopolíticas e econômicas posteriores.

Inclusive, se a pressão internacional chegasse a um acordo sobre uma solução negociada aceitável para o regime sírio, não haveria um líder ou organização que pudesse assumir a voz de todo o movimento de oposição para firmar esse acordo. Como já observamos, a oposição síria era uma mescla diversa de grupos de exilados políticos, ativistas de base, que organizavam protestos dentro da Síria e grupos armados que desenvolviam uma guerra de guerrilhas contra as forças do governo.

A Coalisão Nacional da Síria era o grupo mais amplo dentro do espectro dos partidos de oposição, mas toda a liderança estava fora do país e não tinha nenhuma base de poder real dentro do país.

As citadas divisões eram compreensíveis, tendo em vista que desde a década de 1960, havia um regime de partido único que suprimiu a participação política de grupos opositores. Mas, o maior perigo advindo de uma eventual queda de al-Assad era evidenciada na ausência de vínculos formais entre a oposição política e a variedade de grupos rebeldes armados que combatiam as tropas de al-Assad, sem comando central ou clara supervisão.

O mais inquietante nesta situação era que os grupos islâmicos militantes vinculados à Al Qaeda, como a Frente Al Nusra, desenvolveram uma forte presença na Síria. Sem prestar contas a ninguém, esses grupos sempre lutaram para construir um Estado Islâmico, visando o grande califado e, portanto, seria

pouco provável que esse objetivo extremista mudasse de direção, a partir de qualquer acordo nacional entre o governo e a oposição política.

A esta realidade somava-se o fato dos islamitas do Estado Islâmico desestabilizarem o Iraque, apropriarem-se de algumas regiões produtoras de petróleo, avançando nas áreas para construir o Estado Islâmico do Iraque e da Síria.

Por essa razão, o ex-presidente Obama, mudou a decisão de retirar-se do Iraque, reenviando para este país, muitos assessores militares, além de autorizar bombardeios que apoiassem as oposições de infantaria ligeira das tropas iraquianas, ajudando, inclusive, os rebeldes sírios e as milícias curdas contra os enclaves islâmicos, no Iraque e na Síria.

Em plena oposição militar dos jihadistas e de outros opositores, o regime de al-Assad se colocou contra a cidade de Aleppo, no norte da Síria. Em uma ação arrojada que causou mais de 1.000 mortos, entre eles, mais de 100 menores de idade, a Força Aérea Síria, arrasou bairros com explosivos contra as populações civis contrárias ao governo ditatorial.

O propósito terrorista das armas utilizadas nessas contendas em Aleppo, causaram muitos danos. O efeito psicológico nesta cidade foi estarrecedor. Os explosivos causaram graves danos às edificações, produzindo elevadas cifras de civis mortos e feridos.

O Observatório Sírio para os Direitos Humanos, com sede em Londres e, opositor do governo de Bashar al-Assad, informou que a área urbana e a periferia da cidade de Aleppo estiveram sob fogo constante, situação que obrigou os Médicos Sem Fronteiras a qualificarem esse momento como os piores dias da guerra.

2.6 O IRAQUE E A GUERRA CIVIL SÍRIA

A guerra civil síria estendeu-se ao Iraque por meio das cidades fronteiriças de Ramady e Faluya, na província de Anbar. Milhares de sírios se refugiaram no Iraque e cada semana aumentava a quantidade destes refugiados. O Assunto se complicou ainda mais porque centenas de iraquianos participaram da guerra civil síria. Uns nas fileiras governamentais e outros vinculados aos grupos rebeldes. Por conveniências políticas e confessionais, o governo xiita de Bagdá,

declarou apoio político, logístico e militar ao regime de Damasco, permitindo o uso do seu território e do seu espaço aéreo para o trânsito de equipamentos de guerra de origem iraniana para a Síria.

Essa sangrenta guerra civil que repetiu os ciclos da dinâmica ancestral de turbulências no Oriente Médio, mostrou que no contexto histórico, a Síria e o Iraque sempre tiveram estreita relação, além de serem países com muitas necessidades compartilhadas.

Ramady, Faluya e as tribos sunitas de Anbar protagonizaram importantes movimentos de protesto contra Sadam Hussein e governos posteriores, tornando-se famosos pelos combates dos sunitas iraquianos e os internacionalistas da Al Qaeda, contra as tropas dos EUA, entre 2003 e 2011.

Enquanto durou a presença norte-americana no Iraque, muitos dos seus cidadãos combatentes pereceram nesta província, no decurso de duas batalhas, cujos objetivos se concentravam na conquista de Faluya. Todavia, no ano de 2010, foram observados, nas cidades de Ramady e Faluya, sinais visíveis dos destroços resultantes da repressão de Sadam Hussein, causando desconfiança e temor na população, que anos depois, ainda continuava sofrendo as consequências da guerra.

Com histórias de extensas guerras desde épocas remotas, estas cidades (Ramady e Faluya) foram cenários de morte e violência com poucos períodos de paz.

Por isso, a partir do final de 2011, quando os EUA retiraram suas tropas do Iraque, a divisão sectária se acentuou e se acelerou em consequência do conflito sírio, com xiitas iraquianos atraídos pelo Irã, Hezbollah e Bashar al-Assad e sunitas iraquianos de Ramady e Faluya que se inclinaram para a órbita oposta.

Neste complexo panorama, constatamos a confluência dos EUA e do Irã, quanto ao apoio às tribos em vias de combaterem a Al Qaeda, enquanto em Bagdá, o governo xiita cometeu o grave erro de separar-se dessas tribos, eixo essencial para a governabilidade iraquiana.

A história da região demonstrou que as fronteiras sírias e iraquianas com a Jordânia, o Líbano e a Arábia Saudita não podem manter-se seguras sem a cooperação das tribos transnacionais que durante séculos dispuseram de suas próprias milícias e liberdade de movimentos regidos por suas próprias leis e costumes.

Com base nesta premissa, o então vice-presidente dos EUA, Joe Biden, sugeriu ao primeiro ministro iraquiano que recuperasse o apoio dos xeiques tribais, antes de lançar uma ofensiva militar contra os jihadistas, nas duas cidades.

2.7 A PROPOSTA TURCA DE REALIZAR UMA AÇÃO MILITAR CONTRA A SÍRIA

O governo da Turquia desejou ser protagonista principal na intervenção internacional contra o regime ditatorial da Síria, com o argumento de que haviam crimes contra a humanidade que não poderiam ficar sem resposta.

Assim, depreendemos que as armas químicas, no bairro Ghuta, em Damasco, onde segundo o governo dos EUA morreram mais de 1.400 pessoas, mereceria uma maior atenção.

Ainda que os EUA tenham sido o país que encabeçou a intervenção aérea contra o Estado Islâmico e a CIA apoiasse os rebeldes sírios, o caso turco foi particular.

A Turquia foi um dos estados mais críticos do regime sírio, sendo o único vizinho deste país membro da OTAN, que desde o início da guerra civil, pretendeu participar de uma operação militar.

A partir de Ancara, o governo turco apoiou os rebeldes sírios, permitindo que os mesmos usassem o seu território para preparar ataques, refugiando-se no regresso. Além disso, na Turquia, residiam cerca de 500 mil civis sírios que escaparam da guerra em seu país e, cerca de 200 mil deles, estavam em campos de refugiados, segundo cifras da ONU.

A guerra civil síria chegou ativa no território turco. Em junho de 2013, um avião caça turco foi derrubado pelas forças de al-Assad. Em outubro, cinco mulheres turcas morreram em um povoado da fronteira, devido à explosão de um projétil procedente do lado sírio e, em várias ocasiões, mais cidadãos turcos foram feridos com disparos feitos a partir da Síria.

Em maio de 2013, as explosões de dois carros bomba mataram mais de 50 pessoas em Reyhanli, outra cidade fronteiriça, em um atentado que a Turquia também culpou o regime de al-Assad.

Mas, a participação turca em uma eventual intervenção militar contra a Síria, enfrentaria a indiferença da população, as críticas dos partidos opositores, além de suas próprias limitações militares.

A questão em relação à Turquia seria posta da seguinte forma: este país poderia administrar um apoio logístico e permitir o uso de suas instalações para os rebeldes sírios?

Devemos ressaltar que esta questão demandaria a permissão da ONU ou da OTAN, ou então, a Turquia teria que ter a aprovação de uma moção referente à questão posta, pelo parlamento turco. Além disso, uma parte importante da população turca estaria mais preocupada em relação aos protestos contra o governo do presidente Erdogan.

Por outro lado, ainda que a Turquia quisesse aparecer como uma potência regional, a intervenção na Síria supunha mais riscos do que benefícios para a própria Turquia. Além disso, haviam implicações estratégicas com o Irã e a milícia libanesa Hezbolah.

Segundo a Organização Internacional de Investigação Estratégica, em Ancara, seria duvidoso que os ataques limitados mudassem o equilíbrio de forças na Síria.

Neste sentido, não pareceria ser propícia nenhuma mudança quanto aos refugiados, nem quanto às projeções que afetavam a Turquia, além desta correr o risco de ataques terroristas. Esse tipo de operação tinha muito pouco a oferecer à Turquia.

As baterias de mísseis Patriot que a OTAN instalou na Turquia, entre janeiro e fevereiro de 2014, tão pouco oferecia total segurança contra um possível ataque aéreo com armas químicas. Em qualquer caso, parecia pouco provável que a Síria atacasse, porque podia provocar uma resposta conjunta da OTAN.

3. A GUERRA CIVIL SÍRIA E AS ORGANIZAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Salientamos que os direitos humanos são os direitos básicos de todos os seres humanos. São direitos civis e políticos (direitos à vida, à propriedade privada, liberdade de pensamento, de expressão, de crença, de igualdade

formal, ou seja, de todos perante a Lei, direitos à nacionalidade, de participar do governo do seu Estado, podendo votar e ser votado, entre outros, fundamentados no valor da liberdade); direitos econômicos, sociais e culturais (direitos ao trabalho, à educação, à saúde, à previdência social, à moradia, à distribuição de renda, entre outros, fundamentados no valor da igualdade de oportunidades); direitos difusos e coletivos (direito à paz, direito ao progresso, à autodeterminação dos povos, direito ambiental, direitos do consumidor, inclusão digital, entre outros, fundamentados no valor da fraternidade).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, afirma que "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade".

Tendo em vista o desenrolar da Guerra Civil Síria, a partir de 2011 e, com vigência até os dias atuais, torna-se importante volvermos os nossos olhares e reflexões sobre a conseqüente tragédia humana que vem sendo registrada neste território conflagrado.

Portanto, é significativa a presença de organizações humanitárias que passaram a trabalhar na área em conflito, procurando, na medida do possível, debelar a continuidade e a contundência das contravenções contra os direitos humanos que na Síria são registados, praticamente, todos os dias.

Assim sendo, resolvemos efetuar alguns esclarecimentos a respeito de entidades humanitárias que estão atuantes no cenário desta guerra cruel, a qual já foi responsável pela saída de quase cerca de 5 milhões de sírios da sua terra natal.

Gostaríamos de destacar, em primeiro lugar, a organização intitulada Médicos Sem Fronteiras (MSF). Esta organização foi criada em 1971, na França, por jovens médicos e jornalistas que atuaram como voluntários no fim dos anos de 1960, em Biafra, na Nigéria.

Enquanto socorriam vítimas em meio a uma guerra civil brutal, os profissionais perceberam as limitações da [ajuda humanitária internacional](#): a dificuldade de acesso ao local e os entraves burocráticos e políticos que faziam com que muitos se calassem, ainda que diante de situações gritantes.

Médicos Sem Fronteiras (MSF) surgiu, então, como uma organização humanitária que passou a associar a ajuda médica e a sensibilização do público

sobre o sofrimento de seus pacientes, tornando visível uma realidade que não poderia ser negligenciada.

Em 1999, Médicos Sem Fronteiras (MSF) recebeu o prêmio Nobel da Paz. Essa instituição humanitária faz-se presente em cerca de 70 países e tem atuado, com relevância, na Guerra Civil Síria.

No sul da Síria, confrontos se intensificaram entre os meses de fevereiro e março de 2017, conforme forças de oposição disputavam o controle da cidade de Dara'a. Devido aos bombardeios e ataques aéreos, que se tornaram mais frequentes no leste da cidade, hospitais e outras instalações médicas da região foram obrigados a fechar para não serem alvejados.

Recentemente, a organização humanitária internacional Médicos Sem Fronteiras (MSF) respondeu à crise com uma distribuição de emergência de 893 kits de itens essenciais, entregues a famílias em duas regiões.

A população deslocada no sul da Síria tem enfrentado insegurança extrema e acesso limitado à assistência e cuidados médicos. Conforme suas condições de vida se tornam mais precárias, sua saúde se deteriora continuamente.

A presença de MSF continua significativamente limitada na região, bem como suas atividades médicas, principalmente devido ao deslocamento da frente de batalha, a insegurança em regiões controladas por grupos armados de oposição e a ausência de autorização para operar em áreas controladas pelo governo.

Ainda assim, MSF continuam operando diretamente em quatro instalações de saúde no norte da Síria e, em alguns hospitais no Sul, além de apoiar mais de 150 instalações médicas em todo o país. Contudo, a capacidade de resposta dessas instalações é reduzida e a maioria delas não consegue atender às necessidades cirúrgicas específicas dos sírios feridos pela guerra.

Em termos de cuidados de saúde, a maioria dos hospitais não recebe quantidade suficiente de suprimentos e medicamentos.

Uma das maiores preocupações no momento é a proteção de populações vulneráveis e a resposta às suas necessidades básicas de abrigo. Há novos acampamentos formais na região de Dara'a e, apesar dos esforços feitos, a

necessidade de abrigo adequado da população deslocada ainda não foi atendida.

Em geral, há grandes lacunas em todos os aspectos no que tange aos cuidados de saúde na Síria, tanto no que diz respeito a cuidados secundários e terciários, como vacinação de rotina, assistência de saúde mental, tratamento de doenças crônicas e cuidados de saúde reprodutiva.

Ainda que MSF e outras organizações tenham buscado antecipar períodos de escalada da violência, hospitais e instalações médicas no sul do país continuam subfinanciados, além de contarem com a falta de profissionais.

A falta de equipamentos médicos específicos e o número limitado de especialidades médicas na Síria, resultaram em um sistema de saúde fragilizado, basicamente dizimado após seis anos de guerra.

Além dos Médicos Sem Fronteiras emerge, com um grande trabalho no palco da guerra, os Capacetes Brancos, constituídos por voluntários que prestam os primeiros socorros aos feridos vítimas da Guerra Civil.

Os Capacetes Brancos, na verdade, representam a Defesa Civil Síria que aglutina voluntários da própria região.

Desta forma, o Dr. Taher Wazzaz, coordenador médico das equipes da Defesa Civil, na região de Idlib, explicou como os voluntários prestam os primeiros socorros aos feridos. A organização humanitária internacional Médicos Sem Fronteiras (MSF) organizou um treinamento sobre como fazer a triagem dos feridos para os voluntários que trabalham em Idlib.

Como a guerra já se prolongou por seis anos e, ao que tudo indica, o cenário poderá piorar, os voluntários que são enfermeiros e auxiliares de enfermagem somam um total de 80 profissionais em plena atuação. Ressaltamos, que a maioria deles são civis e, quando ocorre alguma operação bélica, eles são chamados com o objetivo de ajudar os vitimados. Observamos que esses voluntários dirigem-se às áreas conflagradas por conta própria, procurando resgatar os feridos e, até mesmo, efetuando uma varredura entre as ruínas, com o intuito de identificar a existência de pessoas feridas sob os escombros.

Por exemplo, o mercado em Saraquib foi atingido por fogo de artilharia, acarretando a morte de 13 pessoas, além de outros, seriamente feridos. As equipes dos Capacetes Brancos foram até o local da tragédia para prestar os

primeiros socorros, além de fazer curativos nos feridos e encaminhar os pacientes para os hospitais locais ou para a Turquia. Lamentavelmente, alguns dos feridos ao ingressarem nos hospitais tiveram que se submeter a amputações.

Devemos ressaltar, ainda, que os Capacetes Brancos costumam distribuir os números dos seus telefones, com o objetivo de facilitar a comunicação entre eles e aqueles que necessitam de ajuda. A organização dispõe, também de ambulâncias com a logomarca da Defesa Civil para protegê-los dos ataques, ainda que estejam conscientes de que essa proteção nem sempre será eficaz.

A organização, infelizmente, não dispõe de um número adequado de ambulâncias e de equipamentos necessários à plena cobertura das necessidades dos vitimados nesta sangrenta Guerra Civil.

Além das organizações humanitárias destacadas anteriormente, torna-se imprescindível nomearmos o Observatório Sírio de Direitos Humanos (OSDH), uma organização baseada em Londres, Inglaterra e, oponente do governo de Bashar al-Assad, na Síria.

O grupo é liderado por Rami Abdulrahman, sendo constantemente usado como fonte por países ocidentais para a obtenção de dados sobre direitos humanos e o número de mortos dentro do território sírio.

O líder da organização foi por três vezes preso enquanto vivia na Síria, mudando-se para a Inglaterra no ano 2000, para evitar uma nova prisão. Em uma entrevista concedida a *Reuters*, em dezembro de 2011, Abdulrahman salientou que a organização tem cerca de 200 fontes dentro da Síria.

O líder é responsável pelas contagens não oficiais de mortos e feridos, no âmbito da Guerra Civil Síria. Todavia, essa metodologia nem sempre foi reconhecida como uma fonte fidedigna.

Em abril de 2013, em uma nova entrevista, desta vez feita ao jornal americano *The New York Times*, o líder do Observatório Sírio de Direitos Humanos (OSDH), confirmou que o grupo é parcialmente financiado pela União Europeia e por outros países e organizações ocidentais.

Para ilustrarmos a realização do trabalho levado a termo pela aludida organização, arrolamos a seguir, algumas situações nas quais a referida organização atuou:

- Em março de 2017, a Coalizão Internacional liderada pelos Estados Unidos realizou bombardeios que resultaram em quatro massacres, nos quais morreram muitos civis, entre eles, crianças e mulheres, nas províncias de Aleppo e Al Raqqa. Esses incidentes, como visto precedentemente, envolveram a cidade de Al Raqqa, capital do Estado Islâmico, na Síria. Desde o início das operações da Coalizão Internacional, em setembro de 2014, pelo menos 890 civis morreram em bombardeios, entre eles 212 crianças.
- Ainda em março de 2017, ocorreu uma grande explosão, ao que tudo indica provocada por um carro-bomba dos rebeldes contra uma posição do regime sírio, entre os bairros de Jobar e Qabun, em Damasco. Tais acontecimentos resultaram na morte de 72 pessoas e 12 feridos.
- Alguns dias depois, as Forças Democráticas da Síria ocuparam a base aérea de Al Tabqa, a qual, segundo consta, encontrava-se nas mãos do Estado Islâmico. Os rebeldes que tomaram essa base constituíam uma aliança síria de milícias curdas e árabes apoiadas pelos Estados Unidos, na guerra da Síria. Essa base fica perto da maior barragem do país, que pode estar em risco de colapso. Por sua vez, o Estado Islâmico, na oportunidade, anunciou a retirada da maioria dos seus combatentes do aeroporto, enviando-os a outras áreas, sob o seu domínio, nas proximidades. Essas operações cortaram a estrada que liga Al Tabqa a Al Salamiya, na província vizinha de Hama;
- Prosseguindo, no mês de março de 2017, constatamos que cerca de 80 famílias de líderes e membros do grupo jihadista Estado Islâmico (EI) fugiram da cidade de Al Raqqa, considerada a capital do califado autoproclamado pelos radicais na Síria. A maioria das pessoas é parente de combatentes estrangeiros do Estado Islâmico. Ao que parece, os mesmos teriam utilizado embarcações para deixar Al Raqqa, através do Rio Eufrates, que corta a cidade. Após cruzarem o rio de barco, o grupo partiu em direção ao sul da província de Al Raqqa. Além disso, o ministro de Defesa da França, Jean-Yves Le Drian, revelou que a batalha para expulsar o EI da cidade de Al Raqqa teria início nos dias subsequentes. Os confrontos entre os radicais e as Forças da Síria Democrática (FSD), uma aliança armada liderada por milícias curdas, se concentraram na área de Al Tabqa, a cerca de 60 quilômetros a oeste de Al Raqqa. A FSD, apoiadas pelos aviões da coalizão internacional e de forças especiais dos Estados Unidos, expulsaram o EI do aeroporto militar de Al Tabqa, conforme já vimos.

- Ainda, no mês de março, do corrente ano, ocorreu um ataque com gás tóxico, deixando cerca de 58 mortos, na cidade de Khan Sheikhun, no oeste da Síria. Entre as vítimas estariam 11 crianças. Todas as vítimas eram civis e morreram quando eram levadas para os hospitais da região, no sul da província de Idlib, área controlada por rebeldes opositores do ditador Bashar al-Assad. O gás sufocou as vítimas e provocou desmaios e vômitos. Ao que tudo indica, mais de 60 pessoas ficaram feridas após o ataque. Esta ocorrência foi atribuída ao regime de Bashar al-Assad. Todavia, o exército sírio, sustentáculo do referido regime, ponderou que essa iniciativa não partiu das Forças que apoiam o regime sírio, atribuindo a ocorrência à esfera dos rebeldes que estavam sendo atacados pela Força Aérea do ditador sírio. O chefe das autoridades de saúde de Idlib acredita que o gás é sarin ou cloro. Segundo a Defesa Civil síria, bombardeios na sequência atingiram um posto médico onde vítimas do primeiro ataque recebiam atendimento.

Ainda no cenário da Guerra Civil Síria, torna-se impossível não destacarmos o significado da União das Organizações de Socorro e Auxílio Médico (UOSSM).

A organização não governamental francesa denunciou que em 2016 ocorreram pelo menos 273 ataques aéreos diretos a hospitais na Síria. Este grupo que presta apoio a instalações sanitárias no território sírio, avaliou a existência de 107 instituições sanitárias, isto é, 63 no norte e 44 no sul do país, de um total de 130 centros médicos registrados em regiões sob controle opositorista, excluindo os territórios em poder dos jihadistas do Estado Islâmico (EI) e das milícias curdas.

No total, os hospitais foram atacados 273 vezes de forma direta (com danos estruturais) e 700 de forma indireta (ataques que ocorreram nos arredores da instalação e que chegaram a afetá-las), segundo o Relatório a ser apresentado em Genebra.

Isto representa um aumento em relação a 2015, quando, segundo dados da mesma organização humanitária, ocorreram 500 ataques diretos e indiretos a instalações médicas.

De acordo com o Relatório, um mesmo centro, em Ghuta (subúrbio de Damasco), foi bombardeado em 25 ocasiões, de forma direta ou indireta. O conflito sírio é o primeiro da história em que muitos hospitais foram diretamente considerados alvos militares. Apesar de não haver esclarecimento sobre os

autores de tais bombardeios, devemos salientar que somente o regime sírio, a Coalizão Internacional e as forças aéreas russas dispõem de aviões de combate. Estes ataques são questionados pela Convenção de Genebra, assinada por todos os países que possuem aviões de combate, proibindo os ataques a instalações sanitárias.

Segundo os dados coletados pela União das Organizações de Socorro e Auxílio Médico (UOSSM), três quartos dos edifícios registrados como hospitais não foram construídos para serem centros médicos. Mas, antes da deflagração da guerra, em 2011, eram escolas ou sedes governamentais.

Os resultados também mostram que mais da metade do pessoal médico não recebeu formação alguma para saber como proteger-se em caso de ataque. Além de uma constante falta de trabalhadores sanitários, de verdadeiros especialistas, a ONG lembrou a precariedade em termos de aparelhos, equipamentos e provisões. Por exemplo, 60 dos 240 aparelhos de raios X dos hospitais estudados estavam fora de serviço e, apenas quatro, de 13 scanners, podiam ser utilizados.

Da mesma forma que em 2015, em 2016 foi praticamente impossível praticar intervenções de cirurgia vascular, neurocirurgia ou cirurgia plástica nas áreas estudadas. A União das Organizações de Socorro e Auxílio Médico (UOSSM) coletou estes dados de pesquisas com trabalhadores sanitários e, depois, os verificou através das indagações de seu próprio pessoal na Síria.

Diante desse cenário, acreditamos que 2017 poderá ser ainda pior se a Comunidade Internacional e, especialmente, as Nações Unidas, não garantirem a proteção dos hospitais, pois, caso contrário, a guerra na Síria obscurecerá a história da ONU.

O conflito sírio acaba de registrar um balanço de pelo menos 400.000 mortos. Além disso, mais da metade da população foi forçada a abandonar seus lares, transformando-se em deslocados internos ou, por outro lado, passando a integrar a categoria de refugiados, buscando regiões externas ao seu país de origem.

Finalmente, convém refletirmos sobre a posição da Turquia na Guerra Civil Síria, pelo fato de, no âmbito desta beligerância, aparecer a questão dos curdos que também, deveriam ser considerados sob uma ótica humanitária, tendo em vista os problemas que estão enfrentando nesta guerra cruel.

A primeira incursão turca por terra na Síria desde o início da guerra civil, visava apoiar os rebeldes do Exército Livre da Síria (ELS), no combate aos jihadistas do "Estado Islâmico" (EI) e barrar o avanço de combatentes curdos na região. A manobra foi criticada por curdos, que recebiam o apoio dos EUA. Com a operação, a Turquia libertou a cidade fronteiriça Jarablus, o maior bastião do Estado Islâmico (EI), perto da fronteira turca, conquistando o controle de cerca de 2 mil quilômetros quadrados, no norte do país, que foi repassado, segundo Ancara, ao Exército Livre da Síria (ELS).

Por outro lado, a Turquia sempre esteve atenta aos ganhos territoriais dos curdos, na guerra civil da Síria, temendo que isso poderia inflar o movimento separatista da minoria curda em seu território. Os curdos estabeleceram três zonas autônomas no norte da Síria, desde a eclosão da guerra civil, em 2011. Todavia, eles negaram que estivessem tentando fundar um Estado próprio.

Apesar dessa negação curda, este povo continua sendo alvo de retaliações, porque o Curdistão que deveria ser a sua própria nação tem o seu território embutido nas áreas de quatro países soberanos do Oriente Médio: Turquia, Síria, Irã e Iraque.

O Curdistão Sírio, também conhecido como Curdistão Ocidental é uma região "autônoma", situada na porção norte-nordeste da Síria, organizada em três cantões autogovernados: Afrin, Jazira , além da Região de Shahba.

Embora não seja reconhecida oficialmente pelo governo sírio, é uma "república autônoma *de facto*", desde julho de 2012, no contexto da Guerra Civil Síria, sendo, desde então, controlada por milícias locais que adotam um sistema de autonomia baseado nos princípios do Confederalismo Democrático como democracia direta, igualdade de gênero e sustentabilidade.

A sua administração "*de facto*" (17/03/2016) proclamou a fundação da Federação do Norte da Síria (FNS). Apesar de manter algumas relações internacionais, a Federação do Norte da Síria (FNS) não é oficialmente reconhecida como autônoma pelo governo da Síria ou por nenhum estado nacional ou organização. As lideranças da Federação do Norte da Síria (FNS) consideram sua constituição como um modelo para uma Síria federalista como um todo.

O Curdistão Ocidental Sírio é uma das quatro partes de um grande Curdistão, sendo multiétnico. Os cantões abrigam numerosas populações

curdas, árabes, assírias e turcomenas, além de comunidades menores de armênios e circassianos. Essa diversidade se reflete na Constituição, sociedade e na política.

Suas principais cidades são Kobani, Afrin, Al Hasakah e Al-Qamishli. Em 2016, a cidade de Manbij passou ao controle curdo.

Ressaltamos que no âmbito da Guerra Civil Síria não podemos ignorar a situação dos curdos, que constituem um povo sem território nacional que, presentemente, divide-se entre quatro nações do Oriente Médio. Essa população, há muito tempo sofre violentas represálias e opressões dos países que, entre si, dividiram o território do chamado Curdistão.

Com o advento da Guerra Civil Síria, esse povo tem lutado contra o Estado Islâmico, passando por situações que prejudicam, em ampla escala, os seus direitos humanos, além de uma segura assistência humanitária. A cidade de Kobani, por exemplo, está totalmente destruída, tendo em vista os combates ocorridos entre os curdos e o Estado Islâmico. Nesta cidade faltam abrigos, alimentos, água, além da segurança dos cidadãos continuamente ameaçada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais, desejamos colocar em evidência o contexto efetivo da Guerra Civil Síria. Portanto, a Guerra Civil na Síria é um complexo conflito bélico que articula rivalidades religiosas-históricas, interesses geopolíticos e geoestratégicos das superpotências, conflitos étnicos internos com os curdos, efeitos da Primavera Árabe, ambições geopolíticas e geoestratégicas dos seus vizinhos Turquia e Israel, apoio ao terrorismo islâmico contra Israel, ampla intromissão no Líbano, ambições da União Europeia pela sua privilegiada posição geográfica, a hereditária ditadura sanguinária de Bashar al-Assad e as tirânicas disputas pelo predomínio regional entre os sunitas da Arábia Saudita e os xiitas do Irã.

O governo autocrático de Bashar al-Assad recebeu o apoio externo da Rússia, da China, do Irã, do Hesbollah (Líbano) e do Hamas (Palestina). No âmbito interno, hipotecaram solidariedade ao governo: poderosas famílias de comerciantes, cuja lealdade era premiada com contratos estatais e licenças de

importação ou exportação. Assim, as grandes empresas sírias mantidas à margem da revolta, preferiram a “ordem existente”, tendo em vista uma incerta mudança política. Além disso, haviam grandes grupos sociais sírios que há anos viviam da generosidade do Estado, pouco propensos a voltarem-se contra o regime ou a criticar em público as realidades da corrupção administrativa e a repressão policial. Esta categoria temerosa de perder benefícios com os quais al-Assad comprou a sua lealdade, incluía os servidores públicos, mão de obra qualificada em contratos oficiais, sindicatos profissionais e meios de comunicação. Inclusive, alguns setores da classe média urbana síria viam o regime de al-Assad, como um mal menor, tendo em vista a dividida oposição síria.

Em árabe, *Shabiha* significa “fantasma” e essa palavra teve origem nos grupos criminosos que a adotaram, na cidade costeira de Latákia, na década de 1970. Com poucas oportunidades de trabalho na região costeira, muitos jovens de maioria alauita ganhavam o sustento através do contrabando de bens de consumo ou do tráfico de drogas e de armas entre o Líbano e a Síria.

Assim, este canal ilícito de comércio se converteu em uma grande empresa criminosa. Os contrabandistas estabeleceram vínculos estreitos com os órgãos de segurança sírios, dominados por alauitas, provenientes dos mesmos povos, a partir dos quais se formaram as células da *shabiha*. Durante a prolongada época de quase três décadas, da invasão militar da síria, no Líbano (1970-2005), os militares sírios fizeram fortunas através das empresas de importações ilegais, facilitadas pelos grupos *shabiha*.

Assim, a organização clandestina *Shabiha* deu um giro político. Os que tiveram maior êxito se converteram em personagens cercados pelo clã que rodeava os entornos do presidente Hafez al-Assad. Livres dos cercos policiais, a *Shabiha* ajudava a família governante em caso de qualquer problema político no país, desenhando, assim, a linha entre o Estado e a máfia.

No que concerne aos opositores ao regime de Bashar al-Assad, podemos explicitar, no âmbito internacional, os EUA, a União Europeia (UE), a Arábia Saudita, o Qatar e a Turquia. Internamente, ressaltamos o Exército Livre da Síria, que começou a ser organizado por desertores do Exército oficial, no verão de 2011. Organizadas suas fileiras, receberam milhares de voluntários, alguns com o ferrenho propósito de defender seu povo da violência oficial, outros

impulsionados pela oposição ideológica à ditadura de al-Assad e, outros ainda, por erguer a mão da justiça, além de mercenários.

Apesar da oposição política representar uma parte da diversidade religiosa da Síria, a rebelião armada concentrou-se na maioria árabe sunita, em particular, aquela que habitava zonas provinciais de baixos rendimentos, apoiada por milhares de combatentes estrangeiros. Eram sunitas de diferentes países, incluindo europeus, norte-americanos, africanos e australianos, chegados à Síria para unirem-se à guerra civil.

A situação dos rebeldes sírios se complicou mais ainda, levando-se em consideração a existência de uma forte corrente de sunitas de linha dura, cujo objetivo era estabelecer um estado islâmico fundamentalista similar ao alcançado pelo movimento Talibã, no Afeganistão. Outros sunitas mais moderados estavam dispostos a aceitar o pluralismo político e a diversidade religiosa e, os laicos que defendiam uma estrita divisão entre religião e Estado, constituíam uma minoria nas fileiras rebeldes e, finalmente, as milícias que ostentavam um misto de nacionalismo sírio e islamismo.

A ausência de uma liderança política central e de hierarquia militar clara, constituiu-se em uma das debilidades fundamentais do movimento rebelde, em face do fracasso do Exército Livre da Síria (ELS) para estabelecer um comando militar formal. Por exemplo, o grupo da oposição política maior da Síria, denominado de Coalisão Nacional da Síria, influía sobre os grupos armados agregando outra dificuldade no conflito.

Cerca de 100 mil rebeldes sírios estavam divididos em múltiplas milícias independentes que podiam coordenar as operações no âmbito local, conservando, todavia, as estruturas organizacionais distintas, denotando intensa rivalidade pelo controle do território e dos recursos.

Os diferentes grupos de milícias estavam se unindo pouco a pouco para formar grandes coalisões militares, tais como a Frente de Libertação Islâmica ou a Frente Islâmica da Síria, mas o processo dessa consolidação foi lento e dependente de diversos fatores externos relacionados aos interesses geopolíticos sobre o Oriente Médio.

São difíceis as divisões ideológicas islâmicas X seculares, pois, os combatentes se submetiam aos chefes das milícias que poderiam oferecer-lhes

as melhores armas sem a preocupação de aterem-se às ideologias políticas. O desenlace deste contexto é, ainda, imprevisível.

Os sunitas representam entre 30% e 35% das forças rebeldes sírias, quase todos alinhados ideologicamente com a Al Qaeda, mas estão divididos entre si. A principal diferença interna entre os grupos sunitas, reside no seguinte: enquanto os “jihadistas”, incluídos pela Al Qaeda concebem a luta contra al-Assad, como parte de um conflito mais amplo contra os xiitas e contra o Ocidente, os sunitas locais concentram seus objetivos na Síria.

Para complicar ainda mais a situação, as duas unidades rebeldes que reclamaram a bandeira da Al Qaeda - A Frente Al Nusra e o Estado Islâmico - carecem de harmonia. Assim, enquanto as facções rebeldes moderadas entram em alianças com grupos vinculados com a Al Qaeda, em algumas partes do país, em outras áreas, há uma crescente tensão resultante de enfrentamentos armados entre moderados e extremistas.

Cada grupo rebelde tratou de resolver o financiamento e a aquisição das armas. As principais linhas de financiamento são procedentes dos partidários da oposição síria radicados na Turquia e no Líbano.

As milícias com maior êxito que controlam grandes faixas do território sírio recolhem (os recursos financeiros) das empresas locais para financiar suas operações, sendo mais propensos à recepção de donativos privados.

Os grupos islâmicos de linha dura recorrem às redes *jihadistas* internacionais, entre elas, milionários simpatizantes dos países do Golfo Pérsico.

Esta realidade põe os grupos seculares e os islamitas moderados em desvantagem considerável.

O Conselho Nacional Sírio (CNS) era a maior aliança de grupos de oposição, caracterizados pela sua férrea defesa em favor da intervenção estrangeira na guerra civil de seu país. Apesar de não ter podido unir todas as facções da oposição, o Conselho Nacional Sírio (CNS) foi forçado pela pressão internacional a unir-se à Coalisão Internacional.

No outro lado do complexo triângulo sociopolítico da Síria, estava a Irmandade Muçulmana Síria, há muito tempo inimiga histórica do partido Baath, da família al-Assad. Por essa razão, a Irmandade Muçulmana era a força melhor organizada dentro da aliança do Conselho Nacional Sírio (CNS), pois representava os muçulmanos sírios moderados, ainda que fosse difícil medir o

seu apoio real. Muitos sírios seculares temiam que a Irmandade Muçulmana fizesse pressão em prol de decisões políticas, com o objetivo de implantar um Estado Islâmico após a queda de al-Assad, como ocorreu no Egito.

Os Comitês de Coordenação Local (CCL) que tinham redes de base em todo o país eram células de ativistas populares apresentados nas notícias internas e externas como *membros da oposição*. Os Comitês de Coordenação Local (CCL) eram parte da Coalisção Nacional, mas, na prática, funcionavam de maneira independente. Seus membros eram procedentes de diversos órgãos políticos e religiosos, compartilhando o ponto de vista político secular de derrubar o regime tirânico de Bashar al-Assad.

A Comissão Geral da Revolução Síria (CGRS) era uma coalisção de grupos de oposição de muitas células políticas que participavam da organização dos protestos e outras atividades políticas. Assemelhavam-se, no que tangia às missões e pontos de vista, aos Comitês de Coordenação Local (CCL), mas, como uma organização diferente e sem laços com o Conselho Nacional Sírio (CNS). A Comissão Geral estabeleceu outra plataforma denominada de “Conselho Supremo da Revolução Síria”, que, diferentemente do Comitê de Coordenação Local (CCL), contava com a maior presença dos grupos islâmicos, estando, portanto, mais envolvida com a luta armada.

O Comitê Nacional de Coordenação para a Mudança Democrática (CNCD), que reunia vertentes dissidentes do regime e ativistas mais jovens, era o principal rival do Conselho Nacional Sírio (CNS). Com a maior parte de suas estruturas assentadas no interior da Síria, o Comitê Nacional de Coordenação para a Mudança Democrática (CNCD) rechaçava a ideia de uma intervenção militar estrangeira na Síria e, sempre acusava o Conselho Nacional Sírio (CNS) de estar estreitamente alinhado às potências estrangeiras.

O Comitê Nacional de Coordenação para a Mudança Democrática (CNCD), de tendência esquerdista, queria ver a Síria unida, democrática e laica. Rechaçava a possibilidade de unir-se à Coalisção Nacional. Da sua parte, os curdos, minoria étnica residente na Síria, entre milhares de árabes, com a negação dos seus direitos culturais básicos, eram cautelosos quanto ao regime e à oposição. Os principais grupos curdos uniram-se no Conselho Nacional Kurdo, com sede na Síria, mas, muitos continuavam pensando nas suas

possibilidades e no seu sonho legítimo de criar uma entidade autônoma curda, similar ao governo regional curdo do Iraque.

Por esse motivo, ainda que a ajuda financeira e logística dos governos ocidentais e do Golfo Pérsico tenham chegado após 2013, a oposição armada foi superada em número pelas forças de al-Assad.

De uma forma geral, a oposição armada síria que aglutinava um conjunto de milícias locais denominado Exército Livre da Síria (ELS) e a Frente Al Nusra, lutavam tanto na Síria, como no Iraque pelo estabelecimento do Estado Islâmico.

Finalmente, com o crescente apoio ao regime sírio dado pela Rússia e pelo Irã, observamos que o exército de Bashar al-Assad tem ampliado territórios precedentemente perdidos.

Por outro lado, os EUA resolveram intervir diretamente em território sírio, acarretando maiores dificuldades para o entendimento da já intrincada realidade decorrente da própria Guerra Civil Síria. Além disso, tem havido esforços propostos pelas Nações Unidas, bem como pelas partes diretamente envolvidas no conflito para a resolução do referido, através de negociações integradas pelos protagonistas pró e contra o regime sírio.

Entretanto, tais negociações não têm surtido o efeito desejado e, na atualidade, não se tem, ainda plena clareza, de como ocorrerá o fim desta Guerra Civil que perdura há mais de 12 anos consecutivos.

Todavia, devemos ressaltar que, atualmente, a Rússia, aliada do regime sírio e a Turquia, que apoia os rebeldes, propuseram no início de maio do presente ano, a criação de "zonas de desescalada" para "pacificar" a Síria e fortalecer o cessar-fogo.

O presidente russo e o presidente turco que se encontraram, na estância balneária de Sochi, às margens do Mar Negro. O líder russo propôs, à autoridade turca o seu projeto, com o propósito de alcançar "uma pacificação" na Síria e "um reforço do cessar-fogo".

Assim, o presidente da Rússia propôs a criação de "zonas de desescalada", que aproxima-se da ideia de zonas tampão, sem a necessidade do envio de soldados para garantir o cessar-fogo.

A Rússia comunicou o seu projeto a Damasco, Teerã e, também, ao presidente americano Donald Trump. Ao que tudo indica, o governo do EUA, apoia a proposta do líder russo.

Por outro lado, o presidente turco Erdogan assegurou que havia estudado com Putin o estabelecimento dessas zonas "no mapa", solicitando que a ideia seja adotada na quarta rodada de negociações sobre a paz, na Síria, entre os rebeldes e o regime, em Astana, capital do Cazaquistão.

O projeto de Moscou seria discutido na referida cidade, onde estão reunidos representantes do regime de Bashar al-Assad e dos rebeldes sírios, diplomatas russos, turcos e iranianos, além do enviado especial da ONU, Staffan de Mistura.

Entretanto, antes do encontro, os rebeldes anunciaram que se retiravam das negociações até que o exército sírio pare com os bombardeios. Porém, os rebeldes reconheceram que as zonas seguras podem ser "uma medida temporária para melhorar a difícil situação humanitária dos civis", no país em guerra.

O propósito de Moscou seria estabelecer zonas seguras em territórios rebeldes da província de Idlib, no noroeste do País; na província central de Homs; no enclave rebelde de Guta, a leste de Damasco e na parte sul do país.

De acordo com o documento estabelecido, as áreas "de desescalada" deverão ser acompanhadas de "zonas de segurança", com postos de controle e centros de vigilância geridos conjuntamente pelo exército sírio e os rebeldes.

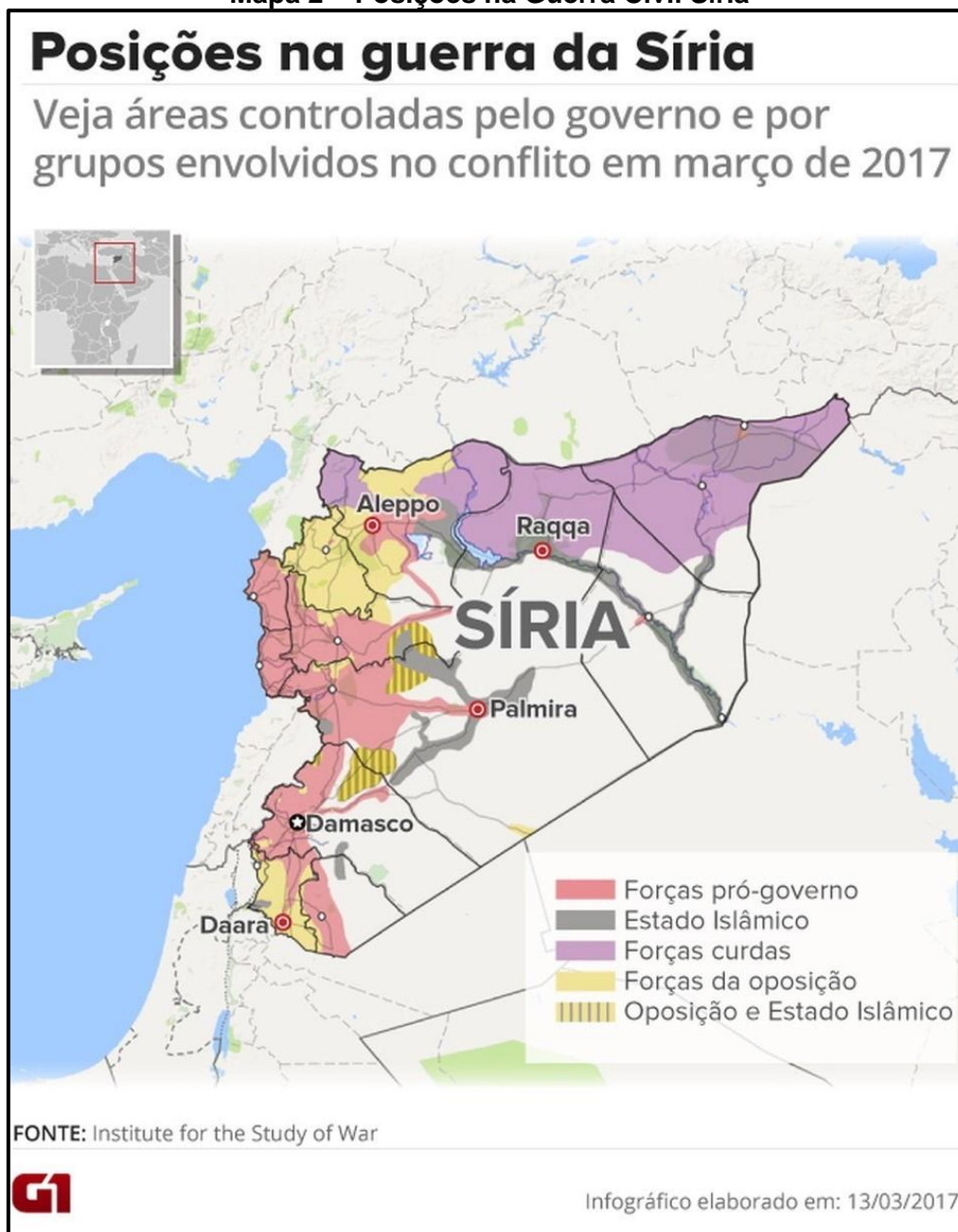
O objetivo desta iniciativa consistirá em "acabar imediatamente com a violência" e "estabelecer as condições para o retorno seguro e voluntário dos refugiados".

A proposta estipula ainda que a Turquia, Irã e Rússia serão os avalistas do acordo, comprometendo-se a criar um "grupo de trabalho conjunto", dentro de cinco dias após os beligerantes assinarem o documento.

Putin ressaltou que a luta contra "organizações terroristas", como o grupo Estado Islâmico (EI) ou a Frente Fateh al-Sham, ex-facção síria da Al-Qaeda, continuará apesar da eventual criação de tais zonas.

Além dos aspectos anteriormente analisados, devemos encaminhar o mapa a seguir, que mostra as posições do governo e da oposição na Guerra Civil Síria, no território daquele Estado.

Mapa 2 – Posições na Guerra Civil Síria



Finalmente, passaremos a analisar o significado de Estado falido.

Consideramos ser possível avaliar a situação política da Síria, tomando-se como base o conceito de Estado falido e os critérios apresentados para a utilização desta categoria weberiana.

Segundo Weber (2000), um Estado é a instituição que detém o “monopólio legítimo do uso da força física em um determinado território”, de modo que qualquer outra situação na qual tal monopólio seja quebrado, necessariamente,

colocaria em questão a própria condição do Estado. O autor destacou que a “legitimidade” de um Estado não se limita simplesmente ao Poder (capacidade de coagir determinado ator a tomar certa decisão), mas, à Autoridade, ou seja, supomos que o governo seja obedecido em função de um reconhecimento por parte da população de que as decisões do Estado seriam válidas.

Essa instituição seria constituída, ainda, por um corpo de liderança capaz de exercer autoridade (o poder socialmente legitimado, ou seja, quando o governante consegue exercer o poder sem gerar problemas de aceitação com a população). Um Estado que se afaste de tais conceitos seria considerado falido, ou em processo de falência. Ressaltamos, que a mensuração de tal processo de falência é difícil, pois não se tem, nos dias atuais, um padrão de medida do processo de falência estatal.

Segundo Rotberg (2002), “os Estados-Nação falem porque não podem prover benfeitorias políticas para sua população”, tais como: segurança, educação e saúde. Ainda, segundo o autor, “Estados falidos são tensos, profundamente conflituosos, perigosos e disputados por facções”.

Em tais nações, podemos perceber instituições fracas, infraestruturas básicas (estradas, telecomunicações, energia elétrica) ausentes ou de baixa qualidade, poucas oportunidades de crescimento ou desenvolvimento para a população, queda ou estagnação do Produto Interno Bruto (PIB) e a perda de legitimidade do governo.

Nesses Estados é comum verificarmos quadros de corrupção governamental acentuados e a concentração de renda nas mãos de determinadas oligarquias, em detrimento da pobreza do restante da população.

Concluimos, a partir dos critérios apresentados, que o Estado sírio encontra-se em processo de falência. Embora nem todo o território sírio apresente níveis acentuados de tal falência (não apresentam outros fatores importantes para identificar-se falência estatal, tais como os altíssimos níveis de corrupção, a ausência quase completa de serviços públicos como saúde e educação). O país permanece em estado de guerra civil há cerca de mais de 12 anos, deteriorando os serviços públicos, levando-o a uma condição geral de falência.

Partindo das definições de Weber e de Rotberg acerca do que seja um Estado e do que seja considerado como um Estado falido, devemos considerar, também, a necessidade da reconstrução do Estado sírio.

Assim, tratar a Síria como um Estado falido implica na discussão acerca de intervenções. Todavia, o regime de Assad conta com a Rússia e a China como aliadas no Conselho de Segurança das Nações Unidas, ou seja, as chances de uma intervenção por parte da comunidade internacional são diminutas. As tentativas de se firmarem tratados de cessar fogo se mostraram ineficientes e ineficazes, uma vez que a paz significaria uma vitória para o regime, ou seja, na situação atual, o governo não se mostra capaz de promover nem mesmo a paz, apenas, provavelmente, o fim da violência direta e, não, o fim do conflito como um todo. O término deste conflito, significaria a verdadeira paz.

Entretanto, o desinteresse dos rebeldes em cessar o conflito e a dificuldade que o regime apresenta em negociar, além de todos os outros fatores que indicam uma possível falência estatal na Síria, não deixam muitas alternativas, senão a saída de al-Assad para um exílio político ou pela perda total do poder, no âmbito do seu país.

A grande questão que não podemos deixar de levantar é o que ocorrerá após a possível saída de al-Assad e, mesmo que este não saia, o que faríamos com um Estado que está falido?

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

ANTES, P. **O Islã e a Política**. Tradução Frank Usarski. São Paulo: Paulinas, 2003.

ARAB HUMEN DEVELOPMENT REPORT. Plan de las Naciones Unidas para El Desarrollo.

ARMSTRONG, K. **Campos de Sangue: Religião e a História da Violência**. Tradução: Rogério Galindo. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BACCI, L.; MATOS, R.; HORTA, C. A. C.; DALIO, D. J. (Orgs.). **População, Recursos Materiais e Geopolítica**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. p. 156-166.

CARDOSO, R. Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico. In: ALMEIDA, M. H. T. de. **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 215-239.

CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os Negócios e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CASTAÑO, R. S. **Los Hermanos Musulmanes**. Primeira Edição. Madri/Espanha:Editorial Sintesis, 2012.

CAVALCANTI, K. **Dias de Inferno na Síria**. São Paulo: Benvirá, 2014.

CORSI, F. L. A Crise Estrutural do Capitalismo. **Aurora**, ano 5, nº 7, Janeiro de 2011.

DA LAGE, O. **Géopolitique de L'Arabie Saoudite**. Edição Completa. Paris/França, 2006.

DALE, I. **Los Alauíes Luchan por su Supervivencia**. Edição Eletrônica. Madri/Espanha: Diario El País, 2013.

DALIO, D. J. Realismo Político e Democracia Sem-Fronteiras. **Revista de Geopolítica**. Ponta Grossa-PR. Vol. 1, nº 2, p. 95-115, jun./dez. 2010.

DALIO, D. J. Estado e Globalização, Democracia e Primavera Árabe. In:

BACCI, L.; MATOS, R.; HORTA, C. A. C.; DALIO, D. J. (Orgs.). **População, Recursos Materiais e Geopolítica**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

FEARON, J. "Iraq's Civil War" in Foreign Affairs. Vol 1, p. 16. março/abril. Collier & Sambanis, 2007.

GONZALES, D. M. P. e outros. **La Primavera Arabe: Una Revolución Regional**. 1ª Edição. Universidade Complutense de Madri/Espanha, 2013.

INSTITUTE FOR THE STUDY OF WAR e G1.com. **Posições na Guerra da Síria - mapa**. Elaborado em 13/03/2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/guerra-na-siria-da-repressao-a-manifestacoes-populares-ao-ataque-americano-contra-assad.ghtml>

KAMEL, A. **Sobre o Islã: A Afinidade entre Muçulmanos, Judeus e Crstãos e as Origens do Terrorismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

KOROTAYEV, A. V.; ZINKINA, J. V. **Egyptian Revolution: A Demographic structural Alalysis**. Entelequia, nº 13, p. 139-170, 2011.

MATOS, R. **Por Uma Discussão entre Democracia e Espaços Urbanos**. s/d. [não publicado].

MELUCCI, A. The New Social Movement Revisited: Reflections on a Sociological Misunderstanding. In: MAHEU, L. (ed.). **Social Classes and Social Movements: The Future of Collective Action**. London: Sage, 1995. p. 107-119.

MOISÉS, J. A. O Estado, As Contradições Urbanas e os Movimentos Sociais. In: MOISÉS, J. A. et. al. **Cidade, Povo e Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 14-29.

MUTZENBERG, R. Ação Coletiva e Movimentos Sociais. In: BRYM, R. et. al. **Sociologia: Sua Bússola para um Novo Mundo**. São Paulo: Cengage Learning, 2008. p. 496-526.

ORTEGA, P. R. Oriente Próximo: Escenario Geopolítico y Geoestratégico. Disponível em: <http://www.monografias.com/trabajos94/oriente-proximo-escenario-geopolitico-y-geoestrategio/oriente-proximo-escenario-geopolitico-y-geoestrategio.shtml>

PEREZ, J. **El Dilema de Los Islamistas Marroquíes**. Edição Eletrônica. Madri/Espanha: Diario El País, 2012.

ROOTES, C. A New Class? The Higher Educated and the New Politics. In: MAHEU, L. (ed.). **Social Classes and Social Movements: The Future of Collective Action**. London: Sage, 1995. p. 220-235.

ROTBERG, R. **The New Nature of Nation-State Failure**. Volume 25. Número 3. The Washington Quarterly, 2002. p. 85 a 96.

SHEHATA, S. **Islamist Politics in the Middle East**. New York City/USA: Routledge Editions, 2012.

SIMIELLI, M. H. **GEOATLAS**. São Paulo: Ed. Atica, 2011.

SHERER-WARREN, I. **Cidadania sem Fronteiras: Ações Coletivas na Era da Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, E. **El Islam Radical, Teología Medieval Política Moderna**. 1ª Edição. Barcelona/Espanha: Bellaterra Ediciones, 1997.

STERN, J.; BERGER, J. M. **Estado Islâmico: Estado de Terror**. Tradução: Rita de Carvalho e Guerra e Pedro de Carvalho e Guerra. 1ª Edição. Lisboa: Vogais, 2015.

TOURAINÉ, A. Os Movimentos Sociais. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade – Leituras de Introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

VASCONCELLOS, P. L. **Fundamentalismos: Matrizes, Presenças e Inquietações**. São Paulo: Paulinas, 2008.

WEBER, M. A Política como Vocação. In: **Ciência e Política - duas vocações**. 16ª ed. Tradução Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 2000.

WEISS, M. **Estado Islâmico: O Exército do Terror**. Tradução: Jorge Ritter. São Paulo: Seoman, 2015.

SITES CONSULTADOS

Death toll in Syria likely as high as 120,000: group. *Reuters*. 14 de maio de 2013. Acesso em 14 de março de 2017.

<http://edition.cnn.com/2012/12/26/world/meast/syria-civil-war>. ABEDINE, S. Syrian military police chief defects to join 'the people's revolution'. CNN, 27 de Dezembro de 2012, Estados Unidos. Acesso em: 10 de março de 2017.

http://www.cnn.com/2012/10/24/world/meast/syria-civil-war/index.html?hpt=wo_c2 FANTZ, A. Syria cease-fire: Could it really happen?, CNN. Disponível em: atualizado 2:51 AM EDT, October 25, 2012.

http://www.cnn.com/2012/10/26/world/meast/syria-civil-war/index.html?hpt=wo_c2 , FANTZ, A. Deadly car bomb hits Damascus on day of agreed truce, CNN. atualizado 2:12 PM EDT, October 26, 2012. Acesso em 14 de março de 2017.

<http://www.reuters.com/article/2013/01/10/us-syria-crisis-mukhabarat-idUSBRE9090K420130110>. KAROUNY, M. Syria rebels from their own secret police. Acesso em de 13 março 2017.

Regional group votes to suspend Syria; rebels claim downing of jet». *CNN*. 14 de agosto de 2012. Acesso em 14 de março de 2017.

Syria among worst for rights abuses: HRW report. *Reuters*. 24 de janeiro de 2011. Acesso em 14 de março de 2017,

UN report: Syrian forces commit 'gross violations' of human rights, CNN. 29 de novembro de 2011. Acesso em 14 de março de 2017.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Curdist%C3%A3o_s%C3%ADrio. Curdistão Sírio. Acesso em: 15 de dezembro de 2016.

<http://www.msf.org.br/noticias/siria-instabilidade-no-sul-do-pais>. Síria: Instabilidade no Sul do país. Acesso em 20 de abril de 2016.